



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0270/03	DATA: 09/04/03
INÍCIO: 15h18min	TÉRMINO: 19h51min	DURAÇÃO: 04h32min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h32min	PÁGINAS: 89	QUARTOS: 55
REVISÃO: Antonio Morgado, Luciene Fleury, Maria Teresa, Odilon, Patrícia Maciel, Waldecíria		
SUPERVISÃO: Letícia, Luci, Maria Luíza		
CONCATENAÇÃO: Cláudia Luíza		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
<p>ISAURA MARIA FERREIRA FRAGA – Presidente da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente — FEEMA.</p> <p>ILMAR BASTOS SANTOS – Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente — FEAM.</p> <p>GALBA RODRIGUES FERRAZ – Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Cataguases, Estado de Minas Gerais.</p> <p>CLÁUDIO LANGONI – Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente.</p> <p>JERSON KELMAN – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas — ANA.</p> <p>NILVO ALVES DA SILVA – Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA.</p> <p>CARLOS ALBERTO DE CARVALHO – Secretário de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro.</p> <p>VICENTE PAULO DIAS – Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, Estado de Minas Gerais.</p> <p>ALUÍSIO MEYER DE GOUVEIA COSTA – Presidente da Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro — CEDAE.</p> <p>ÍCARO MORENO JÚNIOR – Presidente da Fundação SERLA — Superintendência Estadual de Rios e Lagoas.</p> <p>EDILSON DE PAULA ANDRADE – Secretário-Executivo do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul — CEIVAP.</p> <p>MARCIA ROMANELLI – Diretora de Qualidade Ambiental da FEAM — Fundação Estadual do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais.</p>

SUMÁRIO: Debate sobre o desastre ambiental causado pelo vazamento de produto tóxico da Barragem da Empresa Cataguases Indústrias de Papel de Minas Gerais.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.
Há intervenção inaudíveis.
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Boa tarde, companheiros.

Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública, que tem como objetivo debater a questão do desastre ambiental causado pelo vazamento de produtos tóxicos de reservatório da Cataguazes Indústria de Papel, em Cataguases, Minas Gerais.

Convido para compor a Mesa o Sr. Cláudio Langoni, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Jerson Kelman, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas — ANA; Sr. Nilvo Alves da Silva, Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do IBAMA e substituto do Presidente do órgão; Sr. Ícaro Moreno Júnior, Presidente da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas — SERLA; Sr. Aluísio Meyer de Gouveia Costa, representante da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro; Coronel Carlos Alberto Carvalho, Secretário de Estado da Defesa Civil do Rio de Janeiro; Sr. Galba Rodrigues Ferraz, Presidente do CODEMA; Sr. Ilmar Bastos Santos, Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente — FEAM; Sra. Isaura Maria Ferreira Fraga, Presidente da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente; Sr. Edilson de Paula Andrade, Secretário-Executivo do Consórcio da Bacia do Rio Paraíba do Sul; Sr. Vicente Paulo Dias, Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, Minas Gerais.

Inicialmente, será concedida a palavra aos expositores por dez minutos. Em seguida, farão uso da palavra, por três minutos, o Deputado César Medeiros, autor do requerimento de realização desta audiência pública, e os Parlamentares previamente inscritos, sempre facultadas, em qualquer caso, a réplica e a tréplica.

A lista de inscrição encontra-se à disposição dos Parlamentares com o Secretário desta Comissão.

Esclareço que os Deputados Júlio Lopes, Fernando Gabeira, Sandro Matos, Nelson Bornier, Orlando Fantazzini, Luiz Bittencourt, Paes Landim, Luiz Alberto, Luciano Zica, Antonio Carlos Mendes Thame e Leonardo Monteiro também subscreveram o requerimento que solicitou esta audiência.

Para facilitar a transcrição deste debate, que está sendo gravado, solicito àqueles que desejam fazer uso da palavra que declinem previamente seus nomes.

A Comissão, ao receber o requerimento aprovado por este Plenário, não mediu esforços para convocar esta audiência pública.



Há, nesta Casa, cerca de cinquenta requerimentos solicitando audiência pública, mas não poderíamos jamais deixar de atender a esse grande apelo nacional. Três Estados, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, já sofrem conseqüências do acidente em que está envolvida a empresa Cataguazes, e não poderíamos deixar de convocar esta audiência pública.

Estando presentes os representantes do IBAMA, da ANA e do Ministério do Meio Ambiente, gostaria, inicialmente, de passar a palavra ao autor do requerimento. Depois, naturalmente, nós a concederemos aos demais expositores, para que possam dela fazer uso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Sr. Presidente, como haverá uma sessão da Câmara dos Deputados daqui a pouco e são muitos os expositores, proponho que a descrição do desastre seja feita por uma das autoridades convidadas e que as outras tentem emitir sua opinião sobre o fato e dizer o que fizeram, sem voltar à descrição. Assim, ganharemos tempo para debater o tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – A solicitação de V.Exa. foi acatada, Deputado Fernando Gabeira.

Concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado César Medeiros.

O SR. DEPUTADO CÉSAR MEDEIROS - Sr. Presidente, em razão da sugestão do Deputado Fernando Gabeira, eu também gostaria de apresentar uma proposta, tendo em vista que todos sabemos da gravidade do problema. Sugiro que, antes que eu fale especificamente sobre algumas questões que o grupo de trabalho formado por esta Comissão observou, a Mesa conceda a palavra aos senhores expositores, a fim de que, depois, na primeira intervenção dos Deputados, eu faça alguns questionamentos importantes para este debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Pois não, Deputado.

Antes, no entanto, gostaria de dizer que o nosso companheiro Deputado Nelson Bornier também compôs o grupo de trabalho. S.Exa. é o Vice-Presidente da Comissão e acompanhou todo o trabalho desse grupo, juntamente com o Deputado César Medeiros.



Está à nossa direita o companheiro Nelson Bornier, Deputado Federal pelo Rio de Janeiro.

Concedo a palavra ao Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Cláudio Langoni, para que faça alguns esclarecimentos.

O. SR. CLÁUDIO LANGONI – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado César Medeiros, autor do requerimento de realização desta reunião, colegas de Mesa, trago-lhes a saudação da Sra. Ministra Marina Silva.

Farei uma exposição muito curta e, atendendo à sugestão dos Srs. Deputados, submeterei à apreciação de V.Exa., Sr. Presidente, outra proposta. Estão aqui o Presidente Substituto do IBAMA e o Presidente da Agência Nacional de Águas. Talvez eles possam fazer esse esforço para descrever a situação, e a sua descrição eventualmente será complementada por todos os órgãos. Mas talvez devêssemos nos concentrar um pouco mais nesta etapa do trabalho para viabilizar inclusive as manifestações dos presentes e o atendimento das questões trazidas pela Comissão.

Ressalto que estamos diante de um acidente ambiental de grandes dimensões. Sempre que acontecem acidentes desse tipo — que, neste caso, atingiu um rio de domínio federal e três Estados —, o primeiro exercício que fazemos é perguntar quem é o culpado e, o, segundo, de quanto é a multa. Essas são as perguntas feitas. Antes mesmo de dimensionarmos a extensão dos acidentes, há forte necessidade de se dar resposta a elas.

Muitas vezes, acaba-se inclusive estabelecendo uma grande discussão em torno da aferição da culpa na fase inicial de atendimento a acidentes desse tipo, momento em que devemos concentrar todos os esforços, independentemente da discussão sobre competências, para minimizar os impactos ambientais e sociais decorrentes do desastre, como estamos vendo agora.

O Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA e a ANA estão trabalhando desde o início desse acidente em busca de uma ação articulada. Estão à disposição dos Governos Estaduais, num mesmo nível de responsabilidade, independentemente das responsabilidades legais.

Entendemos que esse acidente nos revela a necessidade de algumas reflexões. A primeira delas é sobre a necessidade de um programa nacional de prevenção e atendimento a emergências ambientais. Esse assunto veio à baila de



maneira muito forte por ocasião do acidente da Baía da Guanabara. A partir daquele acidente, desenvolvemos trabalho especificamente dirigido à prevenção de acidentes com óleo, que em breve será ativado para situações de resíduos oleosos.

O Brasil possui um sistema de gestão de responsabilidade compartilhada entre União, Estados e Municípios, e um sistema de gestão de recursos hídricos que requer a articulação federativa e, resguardadas as competências específicas, se faz necessário um sistema de prevenção articulado para termos o mapeamento das instituições e profissionais capazes de imediatamente serem ativados para auxiliar no encaminhamento e nas tomadas de decisão em caso de acidentes. Os especialistas sabem que, em muitos acidentes desse tipo, aquilo que se decide nas primeiras duas horas determina a extensão do acidente nos próximos dias.

Temos hoje capacidade instalada no País — em órgãos governamentais, nas universidades e na sociedade civil — para situações específicas de atendimento de acidente, que precisa estar disponibilizada em um sistema de ativação rápida. Houve situações, como é o caso de recuperação de aves atingidas por óleo, em que profissionais do Brasil foram ativados para atuarem em outros países, como no acidente ocorrido na Espanha no ano passado.

Por determinação da Sra. Ministra Marina Silva, desde janeiro estamos trabalhando na apresentação de uma proposição ao Sistema Nacional de Meio Ambiente no sentido de se criar um sistema nacional de prevenção e atendimento a acidentes ambientais graves. Esse não pode ser um sistema apenas no âmbito do Governo Federal. O acidente ocorrido na empresa Cataguazes nos reforça ainda mais essa convicção. Também reforça a necessidade de darmos organicidade aos laços previstos pela legislação no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente, pois temos aqui um caso típico em que as ações das esferas federal, estadual e municipal precisam ser integradas e em que a criação e a efetivação de um sistema de informações ambientais, com uma base compatível de dados, devem ser viabilizadas.

Precisamos ter, entre as diferentes esferas do sistema, o compartilhamento de informações sobre a situação de regularidade e de licenciamento ambiental das atividades que potencialmente podem causar impactos ao meio ambiente, seja esse licenciamento de competência federal, estadual ou municipal. Há duas semanas. foi



aprovado projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente – SINIMA.

Em que pese à necessidade de darmos foco ao acidente da empresa Cataguazes, precisamos nos debruçar sobre a constatação de que existe no País um passivo de áreas contaminadas por resíduos abandonados. Em alguns casos, esse passivo pode ser atacado e pode-se cobrar a responsabilidade dos empreendedores, pois são empresas em funcionamento. Entretanto, há dezenas de casos em que as empresas faliram e as áreas estão abandonadas. Nesses casos, o processo de responsabilização administrativa dos proprietários dessas áreas não ocorre automaticamente. Seria necessário o amadurecimento, em conjunto com o Congresso Nacional, da idéia de criação de um fundo especificamente reservado para o atendimento de investimentos em casos de emergência ou prévias emergências, como é o caso da área que hoje é objeto de uma matéria da *Folha de S. Paulo*.

Trata-se de uma massa falida, com três guardas. A área está abandonada. Numa situação de gravidade, será necessário inverter recursos públicos para evitar a ocorrência de um acidente e depois apresentar a conta aos responsáveis no âmbito judicial. Mas não poderemos, em vários casos passivos, esperar o deslindar dos imbrólios judiciais para adotar as medidas necessárias, como no caso de acidentes similares a esse em áreas degradadas, contaminadas algumas vezes com resíduos líquidos, muitas vezes com resíduos sólidos, metais pesados e altamente perigosos e contaminantes.

A disposição do Ministério do Meio Ambiente é no sentido de elaborar um processo de articulação, exercendo sua condição de coordenador do Sistema Nacional de Meio Ambiente determinada pela legislação, para que possamos discutir a integração e criar capacidade de dar resposta à grave situação do acidente de Cataguases. Devemos tirar desse acidente lições e medidas concretas no âmbito governamental, nas três esferas de integração e de articulação, para evitar que ocorram situações similares. Constatamos que existem várias bombas-relógio similares a essa no País, principalmente nas regiões mais industrializadas. Depois do acidente, a possibilidade de minimização dos impactos tornou-se limitada e os custos para compensar os prejuízos causados às populações que habitam as áreas atingidas são elevados.



Sr. Presidente, sugiro que o IBAMA e a ANA procurem resgatar um histórico do acidente e contemplar as nossas conversas com os Governos Estaduais. Posteriormente, uma complementação deve ser feita, abordando a visão específica de cada uma das entidades e dos Governos aqui representados, porque hoje estamos trabalhando de maneira articulada.

Destaco, no final de minha intervenção, que estamos muito satisfeitos, em que pese à gravidade da situação, com o nível de disposição de todos os atores públicos em dar uma resposta integrada à sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Antes de passar a palavra ao representante do IBAMA, informo que ontem, quando eu ainda estava no Estado, recebi um telefonema da Direção do IBAMA, dizendo que o Diretor não poderia comparecer a esta reunião porque estava no Espírito Santo, mas que mandaria o Sr. Nilvo Alves da Silva. Assim, justifico a ausência do Presidente daquele órgão.

Concedo a palavra ao Sr. Nilvo Alves da Silva.

O SR. NILVO ALVES DA SILVA – Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Secretário-Executivo, Cláudio Langoni, colegas da Mesa, Sras. e Srs. Deputados.

Como já foi relatado aqui pelo Sr. Secretário, o IBAMA e a ANA estão trabalhando, num primeiro momento, no sentido de apoiar os órgãos estaduais de diversas áreas, tais como saneamento, meio ambiente e defesa civil. E, em parceria com as prefeituras envolvidas, procuram minimizar os impactos desse acidente que, sem dúvida alguma, foi de enorme gravidade, o que demonstra de antemão, como já destacado pelo Sr. Secretário, as fragilidades do Sistema Nacional de Meio Ambiente e a necessidade de uma ação preventiva e mais fundamentada por parte do sistema público de meio ambiente no Brasil.

A origem do problema do material vazado em Cataguases já foi amplamente divulgada na imprensa. A existência desse reservatório é antiga, assunto que será detalhado pela colega da FEEMA de Minas Gerais, órgão estadual de meio ambiente, mas é importante fazer alguns esclarecimentos iniciais aos senhores.

Em primeiro lugar, quero esclarecer qual foi o material que vazou em Cataguases. O IBAMA contratou o Prof. Cláudio Mudado, da Universidade Federal



de Viçosa, especialista em resíduos da produção de celulose, para analisar esses produtos.

As análises ainda não estão concluídas, mas já temos algumas informações a repassar. Grande parte dessas análises são coincidentes com aquelas feitas pelos órgãos estaduais. O material vazado da barragem em Cataguases é o resíduo da produção de celulose, no seu primeiro estágio de produção e, ao que tudo indica, não existem resíduos do branqueamento da celulose, que teriam toxicidade muito maior, por serem substâncias tóxicas persistentes no meio ambiente.

Então, os dados levantados até o momento indicam que é a primeira fase. Esse material armazenado nas barragens em Cataguases, utilizado na produção normal de celulose, é concentrado, queimado em caldeiras, gerando energia e movimentando as fábricas de celulose. Na origem desse problema está o armazenamento. Hoje, do ponto de vista tecnológico e ambiental, o armazenamento não é uma solução razoável para a destinação do licor preto utilizado na fabricação de celulose.

As características mais importantes desse material são sua elevada concentração de material orgânico, que retira completamente o oxigênio do rio, fundamental à vida nos ecossistemas aquáticos, e sua alcalinidade elevada.

Portanto, o efeito é agudo, mas, ao que tudo indica, passada a onda de contaminação, a possibilidade de recuperação dos rios é muito grande. Evidentemente, isso não tira a gravidade do acidente, mas é importante que seja esclarecida a natureza do material vazado.

Vou me referir rapidamente a um assunto que será detalhado pelos colegas dos órgãos estaduais do meio ambiente, ou seja, quais são as principais preocupações dos órgãos ambientais de Cataguases, principalmente do Governo do Estado de Minas Gerais: retirar a grande quantidade de lixívia espalhada na bacia do rio Cágado, logo a jusante da barragem, para que ela não caia nos rios da região; e, segundo, aliviar a pressão da segunda barragem que não rompeu, mas que possui problemas estruturais.

Com essa preocupação, estão retirando a quantidade excessiva de material armazenado e passando para a primeira barragem. Tenho certeza de que isso será detalhado logo a seguir. Então, em Cataguases, trabalha-se hoje para recuperar parte do dano e evitar que ele seja ainda maior.



Em relação ao trabalho que está sendo realizado nos rios que receberam a carga de material poluente, certamente o Dr. Kelman vai nos fornecer mais detalhes.

Posso adiantar que existem duas ações fundamentais: a promovida pela Agência Nacional de Águas e pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico de ampliação dos rios a jusante das hidrelétricas da região, aumentando a velocidade de escoamento da pluma e transportando-a mais rapidamente para o mar, onde ela se dilui hoje.

Felizmente, tivemos a combinação da aceleração da vazão dos rios com a maré vazante na região de São João da Barra. Portanto, esperamos que em breve a pluma se dilua, assim como seus efeitos.

O monitoramento da qualidade da água dos rios está sendo feito pelos órgãos estaduais de meio ambiente, o que será apresentado aos senhores logo a seguir. As providências que o IBAMA tem tomado em relação à pesca são também importantes de se mencionar. O IBAMA, no dia 3 de abril, declarou pedido de defeso nos rios da região, garantindo, portanto, compensação aos pescadores afetados pela poluição causada pela acidente.

Da mesma forma estamos procedendo com as colônias de pescadores que se abastecem do pescado no mar, também afetados pela contaminação da Cataguazes Indústria.

Então, estamos tomando providências no sentido de que as comunidades de pescadores afetadas tenham a devida compensação durante o período em que a pesca estiver proibida em virtude da contaminação. Evidentemente, proibimos a pesca por determinado período para que não haja nenhum risco de consumo de material que possa causar dano à saúde da população da região.

Em relação à situação no mar e na região de Campos e São João da Barra, como foi dito pelo Sr. Presidente da Comissão, o Presidente do IBAMA foi ao local e está negociando com Governos estaduais, com Prefeituras e com a sociedade em geral, para tentar minimizar os impactos do acidente.

No Espírito Santo e no Rio de Janeiro, estão o Dr. Marcos Barros, nosso Presidente, e o Dr. Flávio Montiel, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA, coordenando os trabalhos de fiscalização e de contato com as lideranças da região.

Estamos empreendendo várias reuniões com as colônias de pescadores. Hoje, por solicitação do IBAMA, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro está



com uma equipe de 11 técnicos, que permanecerão na região por quinze dias, avaliando a água, a qualidade do pescado tanto de mar quanto de rio e a contaminação de solos. Após essas análises, o IBAMA deverá ter dados concretos, que certamente serão apresentados à sociedade e aos senhores.

Um trabalho importante que também estamos fazendo na região de mar é a fiscalização em conjunto com o Ministério da Defesa. A Marinha disponibilizou várias embarcações para verificarmos danos nos manguezais da região. Temos dois *flexboats* da Marinha para verificar a situação dos manguezais, e uma fragata, fiscalizando a pesca na região da mancha de poluição.

Consideramos essa fragata insuficiente e já comunicamos o fato à Marinha. Está sendo providenciada mais uma embarcação para que possamos intensificar a fiscalização da pesca, que não deve ocorrer na área de contaminação.

Temos também quatro equipes de fiscalização no Rio Paraíba do Sul, entre a foz de São João e o Município de São Fidélis. Essas equipes estão também fiscalizando para que não haja pesca nessas áreas onde estabelecemos períodos de defeso.

Não detectamos mortandade significativa de fauna no mar. É importante esclarecer que a possibilidade de fuga da fauna no mar é ampla em relação à situação do rio. No mar, ela pode se deslocar em função das condições da mancha. No rio, a fauna não pode sair, mas evidentemente isso deve ser monitorado. Não verificamos mortandade significativa de fauna no mar e verificamos alguns manguezais afetados próximos à foz em São João da Barra. Isso está sendo monitorado.

É importante destacar, mais uma vez, que o acidente continua ocorrendo, portanto ainda não temos dados conclusivos sobre os danos por ele causados. Estamos trabalhando, em conjunto com os órgãos estaduais, para ter o máximo possível de informação e para que possamos reparar todos os danos e responsabilizar aqueles que os causaram. Como disse o Sr. Secretário, devemos provocar transformações estruturais tanto na legislação quanto na ação dos órgãos públicos de meio ambiente. Vamos dar prioridade à prevenção.

Para finalizar, destacaria mais uma vez a necessidade de pensarmos em mecanismos para financiamento de recuperação de passivos no País, que são muitos, uma vez que, como vemos em vários casos, são massas falidas, empresas



que já fecharam. É muito difícil cobrar multas e principalmente obrigar a despesa financeira para a recuperação dos passivos. Isso tem acontecido, como no caso já citado. Os Estados, o Poder Público e a sociedade acabam transferindo para si a responsabilidade por essa recuperação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Com a palavra o Dr. Jerson Kelman, Diretor-Presidente da ANA.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Pois não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, não é que eu não queira ouvir as sábias palavras do Dr. Jerson Kelman, que tem muito para nos ensinar.

Sr. Presidente, V.Exa. tinha decidido que iríamos fazer as perguntas imediatamente, antes de ouvir os integrantes da Mesa, para que pudéssemos ganhar tempo, uma vez que hoje haverá sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Muito obrigado.

Concederemos a palavra aos representantes do Governo Federal, do IBAMA, do Ministério e da ANA, para, a partir daí, começarmos o debate com os companheiros.

O SR. JERSON KELMAN – Sr. Presidente, Sr. Secretário Langoni, Sras. e Srs. Deputados, serei breve. Vou apenas complementar a fala do Diretor do IBAMA.

Uma vez constatado o acidente, a reação, agora com o leite derramado, foi pronta. O Estado do Rio de Janeiro tomou as primeiras medidas e convocou o Governo Federal, o IBAMA e a ANA e entrou em contato com o Governo de Minas Gerais para verificar que medidas complementares devem ser tomadas — isso foi feito pelas mais altas autoridades dos três Governos.

No caso do Rio de Janeiro, o Vice-Governador, Luiz Paulo Conde, esteve no local logo no primeiro momento, e convocou representante da ANA, que logo atendeu ao convite, o IBAMA e o Governo de Minas, representado pelo Secretário de Meio Ambiente e ex-Ministro José Carlos Carvalho.

Os representantes do Estado do Rio de Janeiro vão poder explicar melhor as medidas adotadas, tais como interromper o fornecimento de água para a população.



O Secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro estava lá também e solicitou a interrupção do uso de água contaminada na irrigação.

A Agência Nacional de Águas exercitou um atributo legal. A lei que criou a ANA determina que a operação de todos os reservatórios, inclusive os de produção de energia elétrica, devem subordinar-se ao interesse público. Em geral, o uso dessas águas é para a produção de energia elétrica. Nesse caso específico, a água deveria ser solta para afastar a mancha, pois isso faria com que ela corresse mais rápido, como nos explicou o representante do IBAMA.

A lei determina que a ANA atue em articulação com o Operador Nacional do Sistema, que é quem opera as usinas de todo o País, e a reação foi imediata. Na reunião com o Vice-Governador, Luiz Paulo Conde, com o Presidente da FEEMA, o Presidente do IGAN e o Secretário Luís Carlos Carvalho, enfim, com todas as personalidades que tinham a responsabilidade de resolver esse problema, fizemos uma ligação e, em meia hora, a vazão das usinas estava aumentada. A providência foi prontamente acatada pelo setor elétrico.

Depois disso, houve o temor de que o segundo reservatório estivesse vazando ou em condições de se romper. Confesso-lhes que, quando a Sra. Ministra Marina Silva falou-me sobre esse tema, até brinquei dizendo que o raio não cai duas vezes no mesmo lugar. Naturalmente, como não somos irresponsáveis, fomos ao local de novo: o Sr. Luiz Paulo Conde, o Sr. José Carlos Carvalho, representantes do IBAMA, da FEEMA, enfim, todos os órgãos. Ficamos estarecidos ao chegar ao local, porque verificamos que na segunda barragem havia, sim, um problema. O vertedouro tinha sido obstruído por uma mureta e poderia haver rompimento. Imediatamente, grande parte de nossas energias foram canalizadas para evitar um segundo acidente, que seria catastrófico. Amanhã será realizada reunião no local para verificar o que está sendo feito.

O nosso esforço de prevenção do segundo acidente foi dificultado pelo fato de que os diretores da empresa estavam foragidos. Vou usar uma expressão do Deputado Fernando Gabeira: *“Chamaram a polícia antes dos bombeiros”*. Estávamos na fase dos bombeiros, mas veio a polícia. Não quero questionar decisões judiciais, mas o fato é que isso dificultou um pouco a ação. Não entro no mérito de o sujeito ser culpado ou não. A atividade emergencial ficou prejudicada



porque não tínhamos informação. Ele estava colaborando inicialmente, mas depois, com o mandado de prisão, desapareceu.

A operação liderada pelo Governo de Minas Gerais — o Presidente do IBAMA poderá dar mais detalhes — está sendo bem-sucedida. Não que se esteja completamente livre de risco, mas a medida necessária para aliviar essa sobrecarga já foi tomada. Há uma adutora, e já está sendo retirado o excesso.

(Não identificado) – Onde está sendo colocado?

O SR. JERSON KELMAN – Excelente pergunta, Deputado. A operação que está sendo feita é a seguinte: a Barragem I rompeu. Não sabemos até agora o motivo, mas não foi por transbordamento. Segundo os engenheiros, o termo técnico é *pipe*, quer dizer, pelo caminhamento da água e pelo rompimento da ombreira direita. Então, o porquê do rompimento ainda será objeto de investigação, mas não foi por *overtop*, transbordamento.

Ela está sendo recuperada. Não desceu todo o material, ficou o fundo do reservatório. A primeira medida tomada foi vedar; está sendo recuperado o talude, emergencialmente. Ainda não é a recuperação da barragem; é simplesmente para segurar o material.

O Governo do Estado de Minas Gerais está à frente desse processo — o Sr. Secretário José Carlos Carvalho o está acompanhando — e tem conhecimento de que o tratamento do remanescente deve ser feito até a estação chuvosa, em outubro. Quer dizer, é uma operação de emergência. E o material em excesso da Barragem II, a que não rompeu, está sendo bombeado para a Barragem I. Essa foi uma solução para não contaminar a margem.

Ainda não sabemos por que foi feita a obstrução do vertedor. Não sabemos quem fez nem por quê, mas podemos conjeturar. Isso até espelha um pouco as deficiências do sistema de vigilância federal e estadual. Nessa região, em média, chove mais do que evapora. Então, o que acontece? Durante todo o ano, o nível sobe um pouco mais, mesmo que não se jogue rejeito na barragem. Se o nível sobe, ele atinge o que chamamos de crista do vertedor, quer dizer, do ladrão. Começa a purgar, e aí naturalmente alguém reclama. E, ao invés de se dar uma solução eficaz, faz-se uma mureta. Essa é uma hipótese. Naturalmente, cabe uma investigação para confirmá-la.



Fora a bacia do rio Paraíba do Sul, temos um passivo ambiental que será possivelmente objeto de manifestação dos representantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Há vários anos estamos nos esforçando no sentido de organizar o uso dos recursos naturais dessa bacia. Temos um comitê, uma agência de informação, e em dezembro terminamos o cadastramento dos usuários. São mais de quatro mil — empresas industriais, agrícolas, de saneamento. Foi feito o cadastro e estamos iniciando um processo, que não é rápido, não é instantâneo, é longo e não pode ser feito apenas pelo Governo. Tem de haver controle social por meio do comitê de bacia. Vamos verificar se as declarações de uso dos rios, feitas pelas empresas, seja para captação de água, seja para lançamento de fluente, são corretas. As empresas terão de preencher a declaração via Internet, como se faz o Imposto de Renda.

Para concluir, o Comitê do Paraíba do Sul encomendou um sistema de alerta de monitoramento da bacia. São vinte e uma estações de monitoramento de acidentes em tempo real, que ainda não foram instaladas. É lamentável, pois por pouco teríamos tido condições de reagir a esse episódio.

Quanto ao aumento das vazões, ele foi bem-sucedido. Isso foi perceptível pela população, pelos órgãos locais e pelas Prefeituras.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Após ouvirmos os representantes do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e da ANA, ouviremos os representantes dos Governos dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, e representantes da Prefeitura e da Câmara de Vereadores de Cataguases.

Há 21 Deputados inscritos.

Vamos fazer um bloco de quatro perguntas. Depois, os participantes já poderão dar suas opiniões, ou seja, trata-se de uma dinâmica para ouvir o Plenário.

Gostaria de fazer um apelo a V.Exas. Estão chegando vários Deputados que querem fazer uso da palavra. Como há Deputados inscritos primeiro, pediria aos companheiros da terceira fila que, por gentileza, passem o microfone aos Deputados. Muito obrigado.



Estão inscritos os Deputados César Medeiros, Leonardo Monteiro e Fernando Gabeira. Vamos fazer um pingue-pongue, para que cada um possa fazer suas perguntas.

Com a palavra o Deputado César Medeiros, autor do requerimento e primeiro inscrito.

O SR. DEPUTADO CÉSAR MEDEIROS – Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores expositores, senhoras e senhores presentes, como requerente desta reunião, gostaria de dizer que a nossa solicitação visa a prestar um serviço à sociedade brasileira, tendo em vista que o acidente ganhou a imprensa nacional e internacional e nos causou uma sensação de impotência.

Como disse o Sr. Cláudio Langoni, confirmando meu pensamento em relação a esta audiência, ao verificarmos o problema *in loco*, nosso propósito era identificar as causas e as conseqüências desse acidente e o histórico da empresa. Até aquele momento, a notícia que a imprensa veiculava era de que a empresa ainda produzia papel com cloro. Foi importante identificar na indústria dois reservatórios de lixívia em funcionamento há mais quatorze anos.

Também tínhamos o propósito de estudar uma proposta de aprimoramento das leis ambientais. As leis brasileiras são as mais avançadas, mas há algumas falhas. Daí a necessidade de criação de uma política preventiva de combate a acidentes e à poluição.

A partir dessa experiência e dos debates nesta audiência, devemos verificar todo o problema e a Câmara dos Deputados deve dar sugestões aos órgãos governamentais para solucioná-lo.

A Comissão Externa aprovada em plenário foi formada por membros desta Comissão, tendo à frente o Deputado Sarney Filho, e por Parlamentares do Partido Verde. Esses dois grupos estiveram na empresa. Estamos estudando a melhor forma de apresentar o relatório conjunto elaborado pelo grupo de trabalho e pela Comissão e de tornar pública nossa atuação. Para isso montamos uma pauta, uma vez que o requerimento tinha como princípio ir a Cataguases verificar *in loco* o problema e, conseqüentemente, o quanto foi afetada a bacia do rio Paraíba do Sul.

O grupo foi subdividido. Parte ficou no Estado do Rio de Janeiro, acompanhando uma audiência com Prefeitos e a Governadora Rosinha. Outro grupo



foi a Cataguases visitar a Cataguazes Indústria de Papel de Minas Gerais. À noite, participamos de uma audiência pública. Foi solicitada a presença do Sr. Vicente de Paula, Presidente da Câmara Municipal, que prontamente atendeu ao convite. Inicialmente, nos voltamos para as questões ambientais e nos esquecemos das sociais.

Acredito que os Deputados do Rio de Janeiro terão a oportunidade de falar sobre os impactos que a população dos Municípios atingidos vem sofrendo por causa desse acidente.

Ao chegarmos a Cataguases, sentimos na pele os impactos sofridos em especial pelas famílias que moram perto da barragem, diretamente atingidas pela água contaminada, principalmente por lixívia. Elas não sabem o que fazer com a plantação de arroz e com as pastagens nas vazantes. Além do problema de abastecimento de água nos Municípios, o que será desses produtores que têm em suas propriedades barragens de contenção, para que o produto não continue caindo no rio Pomba?

Sr. Nilvo Alves, gostaria de saber de V.Sa. se o IBAMA identificou a morte de animais de grande porte na região, se houve algum caso de intoxicação humana e quais as medidas que estão sendo tomadas para evitar tais ocorrências. Inclusive V.Sa. e o Sr. Cláudio afirmaram que a desoxigenação do rio mata todos os peixes e, certamente, trará conseqüências também para o mar.

Gostaria de saber do representante da FEAM se, em governos anteriores, foram realizadas vistorias nas empresas. Eu pedi ao advogado da empresa cópia do relatório de visitas de inspeção, a fim de que não tivéssemos mais dúvidas.

Sr. Nilvo Alves, uma vez que o rio e a bacia do Paraíba do Sul são compostos de muitas indústrias, em especial próximas ao local do acidente, qual é a análise da água em relação a metais pesados?

Sr. Jerson Kelman, o acidente já está em estudo, mas a sociedade nos cobra quando o rio será recuperado. Uma vez que os rejeitos estão sendo devolvidos ao lago que se rompeu, quais os danos para os lençóis freáticos?

Um certo biólogo publicou que o cloro se fixa com facilidade em sedimentos, na água e em organismos vivos. Gostaria de saber se há estudos sobre isso.

Eram essas as ponderações que queria deixar registradas.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Uma vez que há vinte e três Deputados inscritos, gostaria que os companheiros fossem mais sucintos e mais objetivos nas perguntas.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, autoridades presentes, moradores do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, por ser membro da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, fui designado para compor o grupo de trabalho.

Sobrevoamos a área de Cataguases até o Rio de Janeiro. Descemos em Campos, em Santo Antônio de Pádua e voltamos para Cataguases. Fotografamos os rios Pomba e Paraíba e a região em que houve a drenagem da lagoa. De fato, o acidente, do ponto de vista visual e ambiental, foi horrível.

Tenho poucas perguntas a fazer, mesmo porque as palavras do Dr. Cláudio Langoni e do Dr. Nilvo Alves foram esclarecedoras do ponto de vista do risco ambiental e da contaminação pela lixívia.

A visita feita pela Comissão foi importante, porque, além de constatarmos o acidente ambiental — conversando com autoridades e com a comunidade de Cataguases, inclusive com os moradores atingidos diretamente —, verificamos que há um passivo ambiental deixado pela empresa, que, hoje, produz papel reciclável, mas, durante quatorze anos, produziu celulose e papel. A linha de celulose produzia a lixívia preta, jogada no rio Pomba até 1992. Com a fiscalização dos órgãos ambientais, houve orientação no sentido de jogá-la a quatorze quilômetros da fábrica, no Córrego do Cágado, que também foi contaminado. Houve reclamações e foi sugerida a construção de lagoas.

Na Câmara Municipal, perguntei como se constroem duas lagoas tão grandes e como é guardado produto dessa espécie sem nenhum tratamento. Mas esse é um passivo que estamos herdando. Há mais de oito anos a fábrica de celulose foi paralisada, depois retomou a linha de papel, mas a lagoa ainda está lá. Será preciso fazer o tratamento dessa lagoa e dos restos sólidos que estão no fundo. Há urgente necessidade de acertamos com a empresa esse tratamento, sob a orientação técnica dos órgãos ambientais de Minas Gerais e do Espírito Santo, a fim de que a lagoa possa ser drenada.



Dr. Cláudio Langoni, qual seria o tratamento a ser feito na lagoa, para que depois ela seja esvaziada? Parece-me que ninguém tem certeza de quantos mil litros de água há nela.

Devemos resolver isso do ponto de vista ecológico e do ponto de vista social, porque trata-se de empresa que produz papel reciclável, importante ecologicamente, uma vez que reutiliza papel velho; e possui trezentos trabalhadores diretos e em torno de dois mil indiretos na cidade de Cataguases e na região. Temos de viabilizar a questão ecológica e social para a região de Cataguases.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Com a palavra o Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, as minhas observações serão provisórias.

É preciso ter humildade em todas as circunstâncias. Mas, no caso de um desastre com tantas variáveis complicadas, é preciso ser ainda mais humilde. Peço, então, que não entendam minhas observações como críticas, mas como ponderações de uma pessoa que acompanha os desastres há muito tempo no Brasil.

Primeiro, acho que o Governo já deveria ter um plano de contingência nacional. Tive oportunidade de dizer isso à Ministra há cerca de 20 dias na audiência a que S.Exa. compareceu, e acho louvável que tenha começado a trabalhar nesse problema em janeiro. Mas os desastres não esperam. Seria necessário já ter um esboço mínimo para agir em circunstância como essa.

Admito que o Governo tenha de ter um plano, mas, enquanto isso não ocorrer, tem de saber como se comportar diante de um desastre, quer dizer, precisa ter algumas coordenadas. Senti que algumas existiam, outras, não.

Tive saudades da PETROBRAS, porque em casos de acidente ela monta uma sala de crise, dá informações de hora em hora, dá várias coordenadas *on-line*. No caso de Cataguases, não temos nada disso, o Estado está desamparado diante do desastre.

O Segunda observação é para o IBAMA. Acho louvável que o Instituto tenha mandado examinar o material. Mas é importante dizer aos fiscais que, ao encontrarem um material como esse, devem mandar examiná-lo antes que ocorra o



desastre. Por quê? Porque tivemos de pedir ajuda a várias instituições internacionais no momento do desastre, e elas nos diziam: “*Não podemos ajudar porque não conhecemos o veneno e, para saber qual o antídoto, temos de conhecer o veneno*”. E não tínhamos uma análise preparada anteriormente para apresentar.

É uma indicação que sugiro para todas as áreas perigosas. Quando se descobrir uma que não se possa desmontar, por questão econômica ou logística, o ideal é ter uma análise detalhada do que significa aquele material. Esse é um ponto.

O outro é sobre a abertura das comportas, Dr. Jelson, que considero ter sido uma decisão importante e correta. Eu o faria também naquelas circunstâncias. Mas proponho que, de outra vez, a abertura seja articulada com as marés, à tábua das marés. Isso também é importante. Se tivermos *on-line* a tábua das marés, poderemos definir melhor as ações. Pode acontecer o mesmo que em São João da Barra, onde a sujeira vinha e a maré devolvia, e ficou um ioiô durante algum tempo. Depois, eu soube que a questão foi regulada. Não sei se a definição de V.Sa. já levava em conta a tábua das marés, mas a sensação que tivemos foi de que não. Talvez a água limpa tenha custado a chegar. De qualquer maneira, fica como sugestão.

A outra sugestão é para a ANA. Cortar a água não basta. É necessário que os técnicos se desloquem para algumas regiões e dêem orientação sobre o racionamento.

O que vimos em Campos, cidade de 500 mil habitantes? Pessoas abrindo poços freneticamente, retirando a água e a consumindo. Quer dizer, não havia exame da água consumida, não havia determinação sobre isso, não havia orientação de como usar a água em termos de racionamento. Tampouco havia disponibilidade da Companhia de Águas e Esgotos — CEDAE em sistematicamente distribuir material descontaminador. Não se sabia por quê.

Por que não temos um grupo de comunicação social para essas emergências? Não há ninguém para dizer na televisão e no rádio, na hora certa, como a população tem de se comportar e quais as informações de que deve dispor. O que temos são órgãos do Governo que querem mostrar seus representantes na televisão e nos jornais com certa frequência. Até entendo esse procedimento, mas não é disso que precisamos. Precisamos de um grupo de comunicação que saiba o que dizer sobre a água.



Por exemplo, quando se disse que a água seria liberada, a Isaura teve a preocupação de ir à televisão e dizer: *“Vai se liberar a água, desde que seja tratada de acordo com os padrões do CONAMA”*. Essa questão também me parece importante.

O outro ponto refere-se ao levantamento imediato das áreas perigosas da bacia. Acho que chegamos a um acordo sobre isso. Desejo que a Câmara dos Deputados participe dessa investigação e desse levantamento junto com o IBAMA e com a ANA. Proponho que comecemos pela Paraibuna Metais, de Juiz de Fora, que sempre nos deu problema e está numa área bastante delicada.

Fui hoje à Comissão de Minas e Energia para pedir que aprove, imediatamente, o Projeto de Lei nº 1.616, porque parte do dinheiro que vamos necessitar para recuperar essas bacias virá da cobrança da água. Então, solicito ao Governo que compreenda a urgência dessa questão.

O último ponto é um pouco mais delicado. Compreendo o trabalho e a preocupação do Presidente da República, mas suponho que, em um desastre dessa dimensão, S.Exa. deva, pelo menos, dirigir uma palavra de consolo e de solidariedade à ampla população atingida. Não o fez. Tudo bem, talvez estivesse muito ocupado, mas compete ao Ministro da área ligar para o Presidente e dizer: *“Presidente, neste momento, V.Exa. não está falando nada sobre o acidente, mas é importante que fale”*.

Agora, há possibilidade de o Presidente recuperar o que considero um pequeno desnível — está aqui um companheiro do PT para me ajudar a encontrar as palavras adequadas —, que é coordenar a assistência à região, feita inicialmente para garantir a renda dos pescadores. O IBAMA autorizou-nos, inclusive, a cadastrá-los no Corpo de Bombeiros. A Secretária de Pesca diz que já tem cadastro próprio, que ainda não foi consultado. E não sabemos se o Ministério do Trabalho vai bancar a renda mínima que foi prometida. É preciso que alguém do Governo a assegure e que não se faça cadastramento só por fazer, sem definir quando e onde será distribuído o dinheiro.

Além disso, há outros prejuízos, dos quais essas cidades precisam ser ressarcidas imediatamente. Como sabemos que o Fundo para Catástrofes foi raspado no Governo Fernando Henrique Cardoso e não sobrou nada dele, o único



caminho é uma medida provisória que atenda às necessidades da população atingida.

Pedimos a cada um dos sete Prefeitos da região que fizesse o levantamento das suas necessidades. Já recebemos a resposta de São Fidélis e de São João da Barra. Falta receber a de 5 Municípios.

A cidade de Campos, por exemplo, coloco de lado. O que o Governo ou, talvez, a Agência Nacional de Águas deve fazer é escrever uma carta ao Prefeito dizendo que, como a cidade recebe muito dinheiro de *royalties*, quem sabe, não valeria a pena construir uma alternativa no rio Muriaé. Eles gastam esse dinheiro para financiar jogos de basquete e *shows*, e ele vai embora.

É necessário que, na relação com os *royalties* do petróleo, se tenha responsabilidade ao gastar o dinheiro. A lei prevê isso, mas essas cidades o gastam de uma forma que não é bem fiscalizada. Essa é outra questão.

A população não tinha noção da importância da água, mas, depois desse desastre, passou a ter.

Proponho que na medida provisória levemos em conta algo dito aqui rapidamente: dinheiro para pesquisa no sedimento. A FEEMA tem condições de pesquisar e de avaliar a água; mas temos de pesquisar o sedimento, temos de levantar a questão dos manguezais.

Acho excelente que a Marinha esteja lá analisando os manguezais. Mas, ao que me consta, a questão tem de ser estudada de maneira mais específica, por técnicos que vão avaliar os caranguejos, os caramujos, a coloração das plantas. Tudo isso tem de ser visto.

São as sugestões que faço para sairmos do desastre fortalecidos, no sentido de aprendermos com ele e irmos em frente. Pode ser que as lições que eu aprendi com esse desastre não sejam as mesmas de todo mundo, mas é a contribuição que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Com a palavra o Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, Deputado Givaldo Carimbão, sou Deputado por São Paulo, mas sou mineiro e, acima de tudo, um cidadão preocupado com a questão das áreas contaminadas.



Vejo nesse episódio, com muita tristeza, a consolidação de um risco que corremos no Brasil a partir da constatação de que temos mais de 15 mil áreas contaminadas, a maioria provavelmente não identificada, e os responsáveis pela contaminação nem sequer tem negócios no Brasil.

Temos várias empresas que, em períodos passados, operaram sem licenciamento e acompanhamento adequados, como é o caso da Shell Química, em Paulínia, onde tivemos o triste caso do Recanto dos Pássaros, ou do aterro Mantovani, em Santo Antonio de Posse, em São Paulo, que abriga milhares de toneladas de resíduos de origem duvidosa de pelo menos 72 empresas e expõe a sociedade a sustos e a riscos de forma brutal.

Desde o ano passado, estamos tentando utilizar um instrumento que a muitos pode parecer estranho nesse contexto: uma CPI, com vistas a identificar as áreas contaminadas e buscar os responsáveis. Aproveito este momento para solicitar o apoio dos Srs. Deputados à criação dessa CPI, a fim de que possamos atingir o número necessário de assinaturas e dar um passo diferente dos que historicamente são dados nesta Casa. Normalmente, CPIs se destinam a apurar desmandos de um agente político isolado qualquer. Neste caso, serviria para apurar responsabilidades pela contaminação de áreas e pela ameaça à saúde e ao meio ambiente.

Cumprimento o Deputado César Medeiros e os demais companheiros que subscreveram esse requerimento pela iniciativa, dada a importância dos fatos que, infelizmente, estamos vivendo.

Quero apontar algumas questões para reflexão. A primeira delas é a preocupação com o episódio específico da Cataguases. Alerto a Comissão sobre projeto que tramita nesta Casa e que trata do branqueamento do papel com cloro. Evidentemente, trata-se também de ameaça ao meio ambiente, que, ao longo do tempo, teremos de resolver, estabelecendo uma transição na utilização desse processo.

Quero apresentar uma questão aos expositores sobre notícia que consta no *clipping* distribuído aos Srs. Deputados e que foi levantada pela companheira Angela Guadagnin: a empresa tinha conhecimento do vazamento dez dias antes de o desastre acontecer. Isso torna ainda mais grave a responsabilidade dos que tinham a informação e não tomaram providências no sentido de evitá-lo.



Gostaria de saber a opinião da Mesa a respeito de outra questão que historicamente acontece em casos como esse: o fato de, quando aplicada a multa — por exemplo, no caso do vazamento da PETROBRAS —, o recurso ser usado para recuperar o passivo do problema causado. Entendo, particularmente, que a responsabilidade pela recuperação do passivo é da empresa que provocou o acidente. A multa deve ter outra destinação: estimular a pesquisa, o controle e a fiscalização. Quero saber como os expositores vêem essa questão.

Para concluir, há a questão da comunicação social. As emissoras de rádio e TV que operam em nosso País o fazem mediante concessão pública. Talvez fosse o caso de, diante de uma experiência como essa, exigir dessas concessionárias de serviços públicos que abram espaço institucional nos seus horários nobres para que o Poder Público possa educar e orientar a população sobre problemas como esse.

Apresento essa contribuição, para que nós, que estamos aqui hoje — com representantes de diversos partidos, do Poder Executivo e da sociedade —, comecemos um movimento no sentido de abrir os meios de comunicação, que são concessões do serviço público, para realmente prestarem esse serviço, sem mais ônus para o Poder Público. Utilizar-se-ia espaço no horário nobre para que a população possa saber, por exemplo, como se comportar num momento como esse a que o Deputado Fernando Gabeira se referiu.

Estamos vendo, na insanidade da guerra no Iraque, pessoas desesperadas por água. Temos agora uma demonstração, entre nós, do que será, com certeza, o maior problema da humanidade neste século que se inicia: a questão da água, o drama que é para o cidadão a sede, a falta de acesso à água. E cabe a nós, talvez, conquistar esse espaço nos meios de comunicação para conscientizar a população de que estamos em uma guerra também pela água. E podemos ter agravada essa crise se não tomarmos providências mais eficazes.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e meus cumprimentos pela realização desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Para encerrar o primeiro bloco de perguntas, com a palavra o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, primeiro quero registrar que sou Coordenador da Comissão Externa da Câmara dos Deputados que investigou o acidente e foi criada por votação unânime



do Plenário da Câmara. Essa Comissão se fundiu, digamos assim, com o grupo de trabalho da Comissão do Meio Ambiente, e vamos fazer um relatório comum, assinado por todos nós, depois de amplamente debatido.

É justamente por isso que quero fazer minhas perguntas por escrito — não há necessidade de que as respostas sejam dadas imediatamente — e, depois, vou passá-las à Mesa. Quero um compromisso dos membros da Mesa no sentido de que até a próxima sexta-feira enviem as respostas às perguntas que faremos aqui. Sr. Presidente, é lógico que eles poderão opinar sobre os diversos assuntos.

Vou ler rapidamente as questões e já me darei por satisfeito.

Questões relativas ao IBAMA:

1) Segundo notícias veiculadas pela imprensa, o IBAMA teria recebido duas denúncias sobre poluição causada pela Cataguazes Indústria de Papel, a partir das quais acionou a Polícia Florestal de Minas Gerais. Essa informação é procedente? Se a resposta for afirmativa, por que o IBAMA não procurou acompanhar as ações dos órgãos estaduais, no uso de sua competência supletiva, para a fiscalização prevista na lei da Política Nacional do Meio Ambiente? O IBAMA teve acesso, antes do acidente, ao laudo de vistoria efetuado por órgãos estaduais?

2) Como o IBAMA se estrutura para o exercício da competência supletiva de fiscalizar e controlar a aplicação de critérios, normas e padrões de qualidade ambientais previstos pelo § 1º do art. 11 da lei da Política Nacional do Meio Ambiente?

3) Qual a política do órgão para o controle de atividades que envolvem resíduos perigosos?

4) O IBAMA tem idéia de quantas indústrias similares em situação de irregularidade ambiental estão operando no País? Que ações estão sendo tomadas para evitar que acidentes como o da Cataguases Indústria ocorram?

5) O IBAMA já exigiu, para o licenciamento ambiental de algum empreendimento, a contratação de seguro de responsabilidade civil por dano ambiental?

A sexta pergunta o Secretário-Executivo do Ministério já respondeu. Quero informações sobre os relatórios a respeito do derramamento de petróleo, ainda que o Secretário-Executivo tenha nos dito que em breve os enviará.



Quero também fazer algumas perguntas relativas ao órgão ambiental de Minas Gerais. Quais as providências que esses órgãos efetivaram em relação a irregularidades ambientais praticadas pela empresa Cataguazes anteriormente ao acidente? Há quanto tempo a empresa funcionava irregularmente, sem licença ambiental? Segundo notícias veiculadas pela imprensa, os laudos de vistoria produzidos pelos órgãos ambientais de Minas Gerais não identificavam claramente o perigo relacionado aos reservatórios de armazenamento de resíduos da Cataguazes. Essa informação é procedente? Se a resposta for afirmativa, qual a justificativa para essa omissão?

A Lei de Crimes Ambientais tipifica como crime deixar aquele que tiver o dever legal ou contratual de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental. Os responsáveis pelos órgãos ambientais de Minas Gerais não teriam incorrido nesse crime? Os órgãos ambientais de Minas têm idéia de quantas indústrias similares em situação de irregularidade ambiental estão operando no Estado? Que ações estão sendo tomadas para evitar que acidentes como o da Cataguazes Indústria ocorram? Esses órgãos já exigiram, para o licenciamento ambiental de algum empreendimento, a contratação de seguro de responsabilidade civil por dano ambiental?

Agora, dirijo-me aos representantes dos órgãos ambientais do Rio de Janeiro: V.Sas. têm idéia de quantas indústrias similares em situação de irregularidade ambiental estão operando no Estado? Que ações estão sendo tomadas para evitar que acidentes como o da Cataguazes Indústria ocorram? Que substâncias foram identificadas no exame de água coletada no rio Paraíba do Sul após o acidente? Diante dos resultados desses exames, quais foram os perigos a curto, médio e longo prazo — se é que perigo houve — para a população, a fauna e a flora da região associados à contaminação da água? Foram realizados exames para avaliação da contaminação do lençol freático? Essa pergunta também já foi feita. Em caso positivo, quais os resultados e as conseqüências para a saúde humana e o meio ambiente? Em quanto tempo o abastecimento de água potável das cidades atingidas será normalizado? Existe estrutura formalizada para fiscalização ambiental integrada entre os órgãos ambientais dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santos? Estendo essa pergunta também ao próprio Ministério, ao IBAMA e aos representantes de Minas Gerais. Os órgãos ambientais do Rio já exigiram



para o licenciamento ambiental de algum empreendimento a contratação de seguro de responsabilidade civil por dano ambiental?

Sr. Presidente, existe algum representante da Cataguazes Indústria nesta reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Passo às mãos de V.Exa. algumas perguntas que fiz e que não cabe aqui repetir.

Formulei também algumas perguntas ao representante do consórcio da bacia do Paraíba do Sul.

Que medidas o consórcio tem efetivado com relação ao controle da poluição causada por resíduos industriais? Em que estado se encontra o plano de gerenciamento de recursos hídricos do Paraíba do Sul? Já foi iniciada a cobrança pelo uso da água do rio? Qual a expectativa de arrecadação anual de recursos com essa cobrança? Como serão aplicados esses recursos? É possível que o comitê de bacia do Paraíba do Sul possa fazer esse tipo de fiscalização que estamos cobrando preventivamente?

Existe algum representante do Grupo Ibéria nesta reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Acredito que não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, por último, quero abordar algo que o Secretário-Executivo também já antecipou: a matéria publicada hoje na *Folha de S. Paulo*, sob o título *Barragem rompe e polui mangue no Rio*.

A matéria não fala mais de possibilidade e, sim, da certeza de outra ocorrência, ainda que em menor grau — e se Deus quiser, que permaneça assim. Quero também passar aos palestrantes essa nossa preocupação.

Por último, quero expressar o ponto de vista que acredito não seja muito bem compreendido nesta fase de enfrentamento das questões ambientais. É lógico, Sr. Presidente, caros membros da Comissão, que queremos a prevenção. Não queremos a punição. Não queríamos que houvesse responsáveis por esses episódios lamentáveis que estão ocorrendo, mas existe, de fato, crime ambiental patente. Os criminosos, os autores do delito precisam ser apontados.

Sr. Presidente, Deputado Fernando Gabeira — V.Exa. é referência nacional quando se trata de meio ambiente —, não acho, de maneira nenhuma, que a polícia



tenha chegado antes dos bombeiros. Tem de chegar mesmo. Foi importante. O Juiz Federal que decretou a prisão preventiva dos donos da empresa merece aplausos.

De agora em diante, os donos de outras empresas ou aqueles que pretendem comprar barato empresas sucateadas com déficit ambiental vão pensar duas vezes. Certamente, vão fazer auditoria ambiental antes. Os preços não estarão lá embaixo, e os cuidados com o meio ambiente serão redobrados, já que está em jogo a liberdade individual.

Nesta fase de enfrentamento, todas as armas devem ser usadas. No Parlamento, temos a obrigação de usá-las, e vamos fazer isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Menos as algemas, Sr. Presidente. Quero protestar contra as algemas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Claro que não estou falando de algemas. Isso não cabe aqui.

Quero registrar também a presença da bancada do PV nesta reunião. O partido emitiu nota que condena o acidente de Cataguases, é o autor do requerimento de criação da Comissão Externa e está presente para demonstrar a importância que dá a eventos como este, que têm o objetivo não só de apurar, mas também de buscar soluções que evitem futuros acidentes.

O SR. GALBA RODRIGUES FERRAZ - Sr. Presidente, solicito que V.Exa. determine sejam tomadas as providências urgentes requeridas pelos Deputados Sarney Filho — parece até que é Deputado de Cataguases —, Leonardo Monteiro e Fernando Gabeira. O Deputado Ronaldo Vasconcellos, que falará a seguir, também tem conhecimento perfeito da nossa região e do que aconteceu em Cataguases.

Quero acrescentar mais dados sobre os graves fatos lá ocorridos, que não desejávamos. Ressalto também a ponderação e o equilíbrio extraordinário demonstrados no primeiro dia pela Governadora Rosinha, que compareceu a Cataguases acompanhada do Deputado Fernando Gabeira. Aplaudo S.Exa., que conquistou a simpatia do povo daquela cidade, vítima também da hecatombe lá ocorrida.

O SR. VICENTE PAULO DIAS - Sr. Presidente, quero agradecer à Comissão o convite e dizer a V.Exa. que a Câmara Municipal se faz representar por intermédio de três Vereadores. Viajamos mil quilômetros.



O desastre, além de prejudicar nossos irmãos de Campos, também atingiu nossa cidade. Temos 45 pequenos sitiantes que não têm como se manter, porque vivem da produção do gado leiteiro, e a massa de lixívia os atingiu primeiro.

Agradecemos aos Deputados Leonardo Monteiro, César Medeiros e Fernando Gabeira as palavras e pedimos a V.Exa., Sr. Presidente, que interfira junto à Ministra do Meio Ambiente para que estenda a esses 45 pequenos sitiantes, que estão passando por dificuldades e não têm como alimentar seu gado, o merecido benefício que será concedido aos pescadores do Estado do Rio de Janeiro.

Cataguases, cidade de cultura, passa por um momento difícil. Nossa cidade, que estava prestes a reverter sua posição no turismo nacional, sofre com esse acontecimento lamentável e se solidariza com os irmãos de Campos.

A Câmara Municipal está somando esforços para encontrar soluções definitivas para o caso.

Finalmente, quero dizer que a empresa é culpada, sim, mas há nove anos não joga detritos no rio Pomba. Assumiu um passivo oneroso e deveria ter o cuidado necessário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Quero anunciar que todos terão a oportunidade de falar. Quando estendemos a palavra ao Plenário, foi para que se fizesse a dinâmica. Vieram companheiros do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e não é justo que não exponham suas questões. Termine a reunião na hora em que terminar, todos falarão, porque o tema é de relevância. Temos 22 companheiros inscritos e todos falarão.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sandro Matos.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Sr. Presidente, já estamos avançados na hora e temos votação importante no plenário.

Assim, peço aos companheiros que não falem pela ordem, para que possamos seguir o ritmo normal dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Peço à assessoria que distribua cópias das perguntas formuladas pelo Deputado Sarney Filho aos membros da Mesa e ao Plenário.

Informo a S.Exas. que o Plenário da Câmara aprovou a criação de um grupo de trabalho e de uma Comissão Externa para averiguar o acidente em Cataguases.



O primeiro é formado pelos seguintes membros da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias: Deputados César Medeiros, que foi o Coordenador dos trabalhos; Renato Cozzolino; Nelson Bornier, do PSB do Rio de Janeiro; Sandro Matos, do PSB do Rio de Janeiro; Júlio Lopes, do PPB do Rio de Janeiro; Fernando Gabeira, do PT do Rio de Janeiro; Leonardo Monteiro, do PT de Minas Gerais; Luiz Bittencourt, do PMDB de Goiás; e Ronaldo Vasconcellos, do PTB de Minas Gerais.

A Comissão Externa, que tem a finalidade de averiguar as causas e a extensão dos danos provocados ao meio ambiente pelo vazamento de produto tóxico da barragem da empresa Cataguazes Indústria de Papel, tem como Coordenador o Deputado Sarney Filho e como membros os nobres Deputados César Medeiros, Renato Cozzolino, Nelson Bornier, Sandro Matos, Júlio Lopes, Fernando Gabeira, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Ronaldo Vasconcellos, Paulo Feijó, Deley, José Divino e Leonardo Mattos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Como há muitas indagações — o próprio Deputado Sarney Filho sugeriu que fossem encaminhadas as respostas —, poderemos ouvir o Presidente da CEDAE, em função da gravidade do problema de abastecimento de água dos Municípios da cidade do Rio de Janeiro, e o Secretário de Estado da Defesa Civil, pelas questões que envolvem a Defesa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Qual seria a sugestão de V.Exa?

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Como o Deputado Sarney Filho pediu que as respostas sejam encaminhadas por escrito à Comissão, para que possamos analisá-las com mais profundidade, sugiro ouvir o Presidente da CEDAE, pelo grave problema de abastecimento de água que temos no Estado, assim como o representante da Defesa Civil do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Serão convocadas, então, a CEDAE e a Defesa Civil.

Antes, porém, informo ao Deputado Sarney Filho que foi convidado para prestar esclarecimentos o Sr. Félix Santana, Presidente da empresa Cataguazes



Indústria de Papel, mas ele não compareceu, e muito menos justificou o motivo pelo qual não pôde comparecer.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Permitam-me completar: a resposta veio através da Keppler Advogados Associados, que entrou com requerimento.

(Não identificado) - Somente após o *habeas corpus*, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Um está foragido e o outro está preso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Quanto ao Félix, que está preso, foi feito um requerimento. Assim como para o Paulo Góis, da empresa Ibéria, que mandou um documento. Deixo registrado que o Félix, naturalmente, foi comunicado. Mesmo preso, o Juiz poderia autorizar sua vinda, se houvesse convocação da Comissão, pois temos essa prerrogativa. Outras pessoas vieram na mesma situação. Enfim, apenas para justificar, quero dizer que a Comissão tomou as providências necessárias.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, o Deputado Júlio Lopes pediu que as empresas governamentais se manifestassem.

Inicialmente, peço desculpas por não ter estado presente no início da reunião. Eu estava na Comissão de Segurança Pública, tratando de outras questões do Rio de Janeiro, mas fui bem informada sobre o andamento dos trabalhos pelo Deputado Fernando Gabeira.

O meu pedido é que falemos do que já foi feito, não do que se está pensando em fazer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Com a palavra o representante da Defesa Civil, Coronel Carlos Alberto de Carvalho, Secretário de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS ALBERTO DE CARVALHO - Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, senhores membros do Governo Federal e dos Governos dos



Estados de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Município de Cataguases, senhoras e senhores representantes da mídia, senhoras e senhores, rapidamente mostrarei algumas ilustrações que ajudarão a trazer alguns esclarecimentos. Embora neste momento pós-desastre o foco maior seja a questão do meio ambiente, a ação da Defesa Civil é primordial, quer no âmbito federal, quer no estadual, quer no municipal.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para melhor idéia da extensão, fala-se em sete Municípios atingidos no Rio de Janeiro, mas, na verdade, são nove, fora os do Estado de Minas Gerais. São eles: Miracema, Santo Antônio de Pádua, Aperibé, Itaocara, pelo lado direito; descendo o rio, Cambuci, São Fidélis, Campos, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana. Conforme comentado aqui, a maior área de manguezais do Rio de Janeiro, quiçá do Brasil, é a de São Francisco de Itabapoana.

O próximo painel, por favor.

Esta extensão, para os senhores terem idéia, é de aproximadamente 185 quilômetros de área do rio. Refiro-me, exclusivamente, ao Estado do Rio de Janeiro.

Sobre a contaminação, já falamos, podemos passar adiante.

Esta é a represa número um, na qual houve o problema da barragem que desabou nesta altura. Estivemos no local, ainda na segunda-feira, na parte da manhã, e já estavam fazendo o reaterramento de parte da barragem que se rompeu.

A contaminação foi pelo Rio Pomba, a partir do distrito de Laranjal, em Cataguases. O abastecimento de água foi imediatamente interrompido em Miracema e nos demais Municípios.

Apenas para dar idéia da lixívia que ficou pós-barragem, lembro que entre a barragem e o Rio Pomba são aproximadamente quatro quilômetros, onde se formou uma área de pântano, antes mesmo de ser jogado, através do Riacho Cágado, no Rio Pomba.

Aqui os senhores já podem ter idéia da gravidade, embora essas imagens sejam de segunda-feira. O desastre aconteceu na sexta-feira, tomamos conhecimento apenas no sábado. Como agimos somente no domingo, grande quantidade de efluente já havia sido lançada. Ainda assim, vejam a grande mancha preta e como ela se formou em seguida.

O próximo painel, por favor.



V.Exas. devem ter acompanhado, foi amplamente divulgado, que a mancha escura formou uma grande quantidade de espuma. Ela chegou, primeiro, no Rio Pomba, depois no Rio Paraíba, inviabilizando, *a posteriori*, o abastecimento de água em São Fidélis e parte de Campos. Estima-se que aproximadamente 600 mil pessoas ficaram sem abastecimento de água nesse momento.

É mais uma ilustração do comportamento do efluente. Um pouco mais de perto, outra ilustração.

No sábado, no final da tarde, nossa regional de Defesa Civil, nas regiões norte e noroeste, recebeu a notícia de que teria sido rompida uma barragem. Inicialmente, buscamos a confirmação e o delineamento da extensão. Mas somente à noite foi confirmada, inclusive pela imprensa, a informação.

Temos aqui a imagem feita de frente da barragem. Conforme informações do Presidente da ANA, Jelson Kelman, ela se rompeu em um dos ombros da barragem, ou seja, no canto, onde fica o extravasor, que corresponde ao ladrão da caixa d'água.

Aqui, mais uma imagem do efluente.

No domingo, a Polícia Militar de Minas Gerais comunicou-nos oficialmente a ocorrência. Ainda no domingo, agimos rapidamente. Em conjunto com os demais órgãos do Estado, principalmente a CEDAE, suspendemos o abastecimento, para evitar que várias pessoas fossem contaminadas.

Ainda no domingo, a FEEMA começou a fazer as coletas — sobre isso, o Presidente da FEEMA falará mais especificamente. A CEDAE, então, suspendeu o procedimento.

Na segunda-feira, realizamos a primeira reunião, com as presenças do nosso Vice-Governador, Luiz Paulo Conde, e do representante de Minas Gerais, o Presidente da FEAM, Ilmar Bastos Santos, que, inclusive, está presente.

Esta é uma vista de cima, só para que V.Exas. possam ver a extensão do grande dique, aproximadamente 1 milhão e meio de metros cúbicos.

Ainda na segunda-feira, constatamos a existência do segundo dique. Esta é a imagem do segundo dique, com aproximadamente metade do volume do primeiro. O Presidente da ANA já comentou que extravasou. Aparentemente, foi ampliado para receptionar uma quantidade maior do que a prevista quando construído.



À noite, no regresso de Cataguases, na segunda-feira, fizemos a primeira reunião. Este é o comitê, do qual participava o nosso Vice-Governador. Solicitamos, em conjunto com o Governo de Minas Gerais, como disse, representado pelo Dr. Ilmar Bastos Santos, que medidas de caráter estrutural fossem tomadas imediatamente para conter os efluentes que ainda alimentavam o Rio Pombo.

Monitoramento permanente da qualidade das águas, o que foi feito pelos nossos órgãos, FEEMA e CEDAE; o abastecimento de água por meio de carros-pipa. A Defesa Civil coordenou um grande trabalho junto aos Prefeitos. Para terem idéia, em Campos são mais de 80 carros-pipa neste momento, fora os carros-pipa da Defesa Civil Estadual, que abastecem exclusivamente os hospitais e escolas.

Pela mídia solicitamos que fossem divulgados os procedimentos preventivos e de orientação à população, e, por conta disso, mais uma vez, a mídia do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais colaboraram bastante. Não tivemos nenhum caso, até este momento, de intoxicação humana.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro autorizou que os Prefeitos fizessem a contratação de empresas especializadas para a abertura de poços artesianos. Tão logo tivemos notícia pela mídia de que pessoas estavam cavando voluntariamente esses poços, procuramos orientar no sentido de que procurassem técnicos da EMATER, que ficam nos quartéis do Corpo de Bombeiros, para que obtivessem orientação no sentido de não utilizarem as águas desses poços que estavam abrindo aleatoriamente.

A PETROBRAS e o Corpo de Bombeiros fizeram a tentativa de absorção do poluente, que foi inócua, como V.Exas. vão poder constatar nas próximas ilustrações.

Este é o nosso grupamento de produtos perigosos, que atua junto com a PETROBRAS. Tentamos fazer a contenção, mas o efluente é solúvel. Então, foi inócua e desistimos, evidentemente. Mas, pelo menos, a tentativa foi feita, e há de se louvar a PETROBRAS, que em momento nenhum, muito pelo contrário, deixou de colaborar e colocou à disposição do Governo do Estado do Rio de Janeiro todo aparato que tinha no momento.

Na terça-feira, as decisões tomadas na segunda-feira foram homologadas, desta feita com a presença do Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, Dr.



José Carlos de Carvalho, que também compareceu com outras autoridades ao Município de Santo Antônio de Pádua, onde fizemos a coordenação dos trabalhos.

O Corpo de Bombeiros, em parceria com a Prefeitura local, e devidamente coordenado pela Secretaria Estadual de Defesa Civil, montou o centro de coordenação do desastre em Santo Antônio de Pádua.

Ainda na segunda-feira, esse sistema de atuação foi ampliado.

Os procedimentos foram se seguindo e, nesta semana, já na segunda-feira, estivemos em Campos acompanhando o trabalho de tratamento de água, uma vez que a Dra. Isaura Fraga, Presidente da FEEMA, liberou o laudo para permitir o tratamento. Começamos a acompanhar esse trabalho. O tratamento das águas do Rio Paraíba, por exemplo, já está bem adiantado, a água já está cristalina, mas só será liberada para abastecimento depois que a análise dessa água tratada estiver dentro dos índices preconizados pelo CONAMA. Mas essa matéria é da Dra. Isaura, que vai fazer a exposição.

Estivemos nos Municípios procurando passar nossa orientação em apoio. Aqui temos o Prefeito de São João da Barra. Estava acontecendo um fórum de Secretários Municipais de Meio Ambiente a que estivemos presentes. Estivemos com o Prefeito de São Francisco do Itabapoana, visitamos comunidades que certamente não estarão nesse cadastro, porque são comunidades que vivem em ilhas. Essa comunidade, por exemplo, é da Ilha de Convivência. Essa senhora e essas pessoas estavam chorando porque não têm mais nada, não há mais caranguejos e peixes nos manguezais, a pesca era a atividade deles e seu único sustento.

Aqui são as pessoas mostrando algumas das conseqüências do efluente.

Também estamos participando do cadastramento, junto com a Secretaria Estadual de Agricultura. Mostramos que, mesmo nos Municípios que não têm quartéis do Corpo de Bombeiros, estamos com o posto de comando avançado para poder fazer esse cadastramento.

Aqui é a chegada do efluente ao mar. Já são ilustrações de São João da Barra, de São Francisco de Itabapoana.

Esta imagem dá uma ligeira mostra do efluente já atingindo o mar, em direção ao Estado do Espírito Santo, em razão das correntes que se apresentaram ontem e hoje. Essas correntes podem fazer variar um pouco a direção desta grande onda.



Nossa recomendação é que as Prefeituras, em conjunto com a EMATER, façam levantamento dos danos materiais e dos lucros cessantes daqueles que sejam direta ou indiretamente afetados economicamente, seja pela perda da produção agrícola ou pela impossibilidade da pesca, perda do rebanho, entre outros prejuízos.

O levantamento deve ser encaminhado à Defesa Civil, com vistas à elaboração do necessário formulário de avaliação de danos, o AVADAN, V.Exas. devem conhecer, peça integrante do processo e que inserem os decretos de situação de emergência declarados pelos Municípios.

Fazemos um apelo no sentido de que a Defesa Civil do Rio de Janeiro seja inserida . Por que este apelo? Porque entendemos que o foco maior é a questão do meio ambiente, mas o aparato da Defesa Civil não pode ser esquecido no momento em que possivelmente alguns recursos sejam canalizados, porque é a Defesa Civil que dá a primeira resposta. Portanto, por favor, não esqueçam da Defesa Civil neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Passo a palavra ao Dr. Aluísio Meyer, Presidente da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro.

O SR. ALUÍSIO MEYER DE GOUVEIA COSTA – Em primeiro lugar, cumprimento o Presidente da Mesa, Deputado Givaldo Carimbão, o Sr. Vice-Presidente, Deputado Nelson Bornier, meu amigo, os senhores membros da Comissão, os Srs. Deputados e os demais companheiros da Mesa. Vou procurar ser breve, porque o nosso companheiro Secretário da Defesa Civil já fez uma exposição ampla a respeito do ocorrido. Vou falar apenas sobre o que a CEDAE fez e o que está fazendo.

A CEDAE detectou, no sábado, o problema da qualidade da água e, à meia-noite de sábado, no dia seguinte ao do acidente, paralisou o abastecimento em Miracema e Santo Antônio de Pádua e paulatinamente foi paralisando o abastecimento dos outros Municípios atingidos pela mancha.

Deixamos sem água 93 mil pessoas nos Municípios abastecidos e conveniados pela CEDAE.



O Município de Campos, que deve ter em torno de 450 mil habitantes, é abastecido pelas águas do Paraíba. Colocamos à disposição desses Municípios carros-pipa e, em alguns, fizemos, junto com as Prefeituras, captações alternativas.

Em Miracema, para uma vazão normal de 110 litros por segundo, destinamos uma vazão extra de 60 litros por segundo, ou seja, perto de 60% das necessidades da população. Acrescentamos ainda três carros-pipa, dois de 10 mil litros, enviados pela COPASA, e um de 35 mil litros, pela Defesa Civil. Essa vazão extra está sendo possível mediante o assentamento feito com tubos fornecidos pela CEDAE e com mão-de-obra da Prefeitura, num total de 900 metros de canalização.

Em Pádua, Município próximo a Miracema, o segundo atingido, praticamente ao mesmo tempo, para uma população de 24 mil habitantes e uma vazão normal de 120 litros por segundo, fizemos também um convênio com a Prefeitura e conseguimos abastecer 20 a 25% das necessidades da região. Estamos captando para aquela cidade 25 litros por segundo e colocamos ainda à disposição para a população quatro carros-pipa, um de 35 mil litros e três de 10 mil litros, cedidos pela Defesa Civil e pela COPASA, respectivamente.

Em Cambuci, com interligações de mananciais provenientes da Serra, praticamente suprimos toda a necessidade existente. Para uma vazão normal de 25 litros por segundo, reservamos uma vazão extra de 18 litros por segundo e ainda mais três carros-pipa de 10 mil litros, sendo que a COPASA contribuiu com um de 10 mil litros.

Em Aperibé foi feita a interligação com o Município de Itaocara, que proporciona vazão extra de 10 litros por segundo, quando a vazão normal é de 20 litros por segundo, ou seja, conseguimos 50% de vazão extra e ainda disponibilizamos mais três carros-pipa, dois da CEDAE e um da COPASA.

Nos outros Municípios, São Fidélis e São João da Barra, colocamos também carros-pipa. São quatro caminhões em São Fidélis, três em São João da Barra e, na Comunidade Portela, um com 10 mil litros.

No momento, estamos realizando análises constante da água. Há uma parceria muito grande do Estado com a Defesa Civil, a FEEMA, a Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Saúde. Esses exames, coordenados pela FEEMA e pela Secretaria de Saúde, já liberaram a água para captação e o respectivo tratamento. Também já encaminhamos a água tratada para análise definitiva que



nos vai dar um laudo final. Portanto, estamos aguardando o resultado. Talvez hoje ou amanhã já tenhamos uma posição mais favorável com relação a essa captação.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Após ouvirmos o grupo do Rio de Janeiro, diria assim, tanto a Defesa Civil quanto a Companhia de Águas e Esgotos do Estado, passo a palavra ao Subsecretário da Bacia do Rio Paraíba do Sul. Posteriormente, também participarão o representante de Minas Gerais e o Presidente da Câmara de Cataguases.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Pois não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Antes de passar a palavra ao representante da Bacia, houve uma intervenção do ex-Ministro Sarney relacionada ao problema da Ingá e de as autoridades do Rio não estarem conseguindo deter esse vazamento. Peço que eles nos expliquem isso, em dois minutos, porque é algo tão patético que vai interessar à própria imprensa. Por que eles não conseguiram deter esse crime que está acontecendo agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Por favor, utilize o microfone.

O SR. ÍCARO MORENO JÚNIOR – Sr. Presidente, assumimos a Ingá em 18 de janeiro. Certamente, nesse período, a FEEMA nos ligou e mandou um ofício narrando o problema da Ingá, a questão da instabilidade e de todo aquele montante de resíduos.

Fomos imediatamente para lá e identificamos o problema, que era sério, grave, mas que não significava risco naquele momento. Existia uma borda livre de aproximadamente 50 a 60 centímetros, e o talude estava estável. Daquele momento em diante, começamos a monitorar — FEEMA e SERLA — a altura do talude. Conversamos com as pessoas, com o síndico da massa falida e com o Ministério Público. Fizemos todas as ações necessárias.

Em virtude desse monitoramento, identificamos, ao final de março, que com a chegada das chuvas a situação estava piorando, quer dizer, a borda livre estava diminuindo sensivelmente e providenciamos, em caráter de emergência, a entrada



de uma empresa, a partir de sexta-feira, para tratar daqueles resíduos e começar a fazer o aumento da borda livre do talude.

Tivemos problema na sexta-feira com a não-permissão de nossa entrada na empresa. Na segunda-feira esse problema continuou e hoje fomos com a Polícia ao local, onde pessoas foram presas. O síndico da massa falida, um ex-Procurador, pelo que sabemos, foi à Justiça pedir ordem de prisão para mim e para a Isaura. Enfim, o Procurador-Geral nos ligou e solicitou que déssemos à empresa um prazo. Eu disse que o prazo máximo que poderia dar é de 24 horas para que a Ingá entre, retire o resíduo e faça a recuperação do talude, porque este já está comprometido em várias partes, inclusive pode romper, não agora, mas com a chegada das chuvas pode gerar problemas mais sérios.

Já obtivemos alguns recursos, 700 mil reais, através da Governadora do Estado e do Secretário Conde para podermos entrar lá.

Quanto ao tratamento dos resíduos de uma forma geral, há o projeto da FEEMA no FECAN, da ordem de 30 milhões de reais, que seria uma segunda etapa. Mas para dar garantia de pelo menos um ano, precisaríamos executar essa obra em três meses, condição razoável para nós.

A SRA. ISAURA MARIA FERREIRA FRAGA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Com a palavra a Sra. Isaura Maria Ferreira Fraga.

A SRA. ISAURA MARIA FERREIRA FRAGA – Quero complementar que há anos a FEEMA vem lutando contra esse problema da Ingá, e alguns Deputados aqui têm acompanhado isso. Uma das graves questões é que a Lei de Falências não incorpora a questão do passivo ambiental. Primeiro vem o passivo trabalhista, depois os credores públicos e, em seguida, os credores privados, mas não se toca na questão do passivo ambiental.

Essa é uma questão que tem de ser discutida aqui, porque hoje, com o desaceleração da industrialização no Estado, várias empresas faliram e o passivo acaba ficando para o Estado. Quer dizer, o Estado não consegue dar conta disso, o órgão ambiental só fiscaliza o risco — repito: só fiscalizamos o risco. Na verdade, isso que o Presidente da SERLA está dizendo é a fiscalização do risco, quer dizer, aumentar e consertar o talude para que não haja risco de vazamento para a Baía de



Sepeitiba. Mas, na verdade, essa montanha de resíduos tem de ser tratada e retirada de lá. Ela não pode ficar do lado de uma baía que é criatório de peixes. A questão que tem que ser levantada é: como tratar as empresas com falência já decretada?

O SR. ÍCARO MORENO JÚNIOR – Se não fazemos a fiscalização, acontece isso. Se fazemos, temos esse problema todo. Já faz uma semana. Ontem, passamos o dia inteiro nisso e não conseguimos entrar na empresa. Hoje fomos lá, o porteiro está preso, mas estamos com esse problema sério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Agora mais dois companheiros falarão e depois voltaremos a conceder a palavra a mais cinco Deputados, para que façam suas considerações.

Com a palavra o Sr. Edilson de Paula Andrade, Secretário Executivo da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

O SR. EDILSON DE PAULA ANDRADE – Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, demais presentes, todos já falaram sobre o acidente gravíssimo, mas quero lembrar-lhes que as medidas emergenciais já estão sendo tomadas, embora não seja da natureza de trabalho do Comitê tomar qualquer medida emergencial. Ele realiza trabalho preventivo no sentido de propor medidas que venham recuperar a qualidade da água e entregá-la em condições adequadas de utilização.

Mas chamo a atenção de todos os senhores para a gravidade do problema da Bacia do Rio Paraíba do Sul, cujas águas abastecem 14 milhões de pessoas, inclusive 8 milhões da região metropolitana do Rio de Janeiro. Passamos por sérias dificuldades. Hoje, além do gravíssimo problema da poluição, temos também relativa escassez de água, em razão de os reservatórios do Paraíba do Sul não terem conseguido a recuperação de seus níveis. Tal situação provocou recentemente a tomada de medidas pela Agência Nacional de Águas e do Operador Nacional do Sistema Elétrico com o objetivo de diminuir determinadas vazões, inclusive as transpostas do Rio Paraíba para o Rio Guandu, a fim de recuperar níveis adequados nos reservatórios de Cabeceiras, na parte paulista.

Naquela bacia, localiza-se a Via Dutra, rodovia que liga São Paulo ao Rio de Janeiro. Se cargas perigosas chegarem ao Rio Paraíba do Sul, poderá ocorrer tragédia tão grande ou até mesmo maior do que essa que vitimou quase 600 mil pessoas, ocasionando falta de água e os prejuízos econômicos aqui relatados.



Essas águas do Rio Paraíba do Sul, por onde passa a rodovia Presidente Dutra, vão abastecer a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Estamos há muitos anos trabalhando pela recuperação das águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul. Implantamos a cobrança pelo uso da água, mas chamo a atenção para o fato de que esses recursos são insuficientes para atender à demanda de recuperação dessa bacia. Precisamos de recursos fiscais, a fim de que essas 14 milhões de pessoas possam continuar tendo água para suas necessidades vitais de abastecimento e aquele parque industrial possa continuar trabalhando.

Então, peço desculpas aos senhores por não me ter atido ao desastre, mas desastres maiores têm de ser evitados.

Essa bacia é vital para o Brasil — atende a 8% da população brasileira — e precisa de investimentos urgentes. Medidas como as plataformas de coleta de dados para monitoramento da bacia e o sistema de alerta não podem mais ser adiadas. Isso faz parte do programa do CEIVAP e tem de ser uma medida imediata. Não podemos mais deixar medidas como essas para depois, assim como a necessidade de fazer levantamento consistente de todas as áreas de risco.

São as reivindicações que trazemos hoje, para que os órgãos de Governo possam se comprometer com essa tarefa e alocar recursos para isso, além de colocar em prática rigoroso trabalho de tratamento de esgoto naquela bacia, sem o que estaremos fadados a ter sérios problemas no futuro.

No ano passado, em Campos, o abastecimento teve de ser paralisado durante algum tempo em razão da proliferação de algas. Também já aconteceu na estação do Guandu há um ano. Então, fazemos apelo aos Srs. Deputados para que cumpram sua tarefa de ajudar na despoluição e recuperação dessa bacia hidrográfica.

Era o que queria deixar registrado. Todo ano temos feito esforços junto aos Deputados para que elaborem emendas de bancada para beneficiarem a Bacia do Rio Paraíba do Sul. Contamos com o apoio de todos os senhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – O Presidente da Câmara Municipal de Cataguases poderia fazer agora algumas ponderações, para depois passarmos a palavra aos demais companheiros.



A Dra. Márcia Romanelli, da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais, já marcou sua volta a Minas e pediu para falar. Abrirei essa exceção para adiantarmos os trabalhos.

O SR. VICENTE PAULO DIAS – Obrigado, Excelência.

Indago: por que a Câmara Municipal se faz presente com treze Vereadores? Porque nós, Vereadores de Cataguases, estamos procurando valorizar o Vereador. Em todos os problemas que atingem Cataguases e nossas cidades amigas duramente prejudicadas no Estado do Rio de Janeiro estamos presentes.

A Câmara Municipal, tão logo tomou conhecimento da situação, realizou uma audiência pública com a presença de mais de 800 pessoas. Agradeço ao representante do IBAMA, porque o Gerente Regional de Juiz de Fora, Sr. Aurélio, fez uma excelente explanação nessa audiência, que contou com a ativa participação dos prezados Deputados Leonardo Monteiro e César Medeiros, a quem também agradecemos.

A situação de Cataguases é preocupante, até parece que estamos sofrendo uma guerra. Eu diria que foi uma “desgraça”, entre aspas, um acontecimento involuntário. Logicamente, não poderíamos também massacrar os diretores da empresa, porque receberam um passivo oneroso. A Comercial Mineira de Papéis, principal empresa de papel e de soda, tinha problemas financeiros; passou para a Matarazzo, que quebrou; os funcionários ficaram um ano meio passando necessidades; a indústria foi adjudicada pelos funcionários. Essa empresa assumiu a Cataguases Indústria de Papel, que hoje transforma o papel e há dez anos não joga detritos no rio. Mas tem culpa, porque assumiu um passivo oneroso e teria de cuidar dessas empresas que estavam lá com esses rejeitos.

Preocupa-me também a situação dos 45 pequenos sítiantes que estão passando dificuldades. O Vereador Pedro César Martins, que é médico, visitou a população de Cataguases atingida pela massa da lixívia e pela contaminação da água e, graças a Deus, não constatou problema maior para os nossos habitantes. Não houve qualquer prejuízo, as pessoas não apresentaram nenhuma alteração ou problema. Mas nos preocupamos não só com Cataguases, mas também com o Estado do Rio de Janeiro e todas aquelas pessoas atingidas, porque estamos no mesmo barco. O que aconteceu em Cataguases poderia acontecer em outras cidades, o que não esperamos.



Todos nós somos responsáveis, inclusive a Câmara Municipal de Cataguases. Cabe a nós ajudar nessa situação, porque temos o papel de legisladores e fiscalizadores. Após grande desgraça, aprendemos grande lição: devemos passar a visitar as indústrias, verificar o que realmente estão fazendo e o que está acontecendo.

Ficamos preocupados, porque Cataguases estava partindo para o turismo e agora só se vê notícia ruim a respeito do Município. Então, pedimos mais uma vez apoio aos Deputados Federais e Estaduais do Rio de Janeiro, porque o mineiro não tem por princípio deixar o boi no atoleiro. Estamos atentos para os problemas do Rio de Janeiro e sabemos das dificuldades que os Prefeitos estão passando, mas também estamos sofrendo. E somos os que mais sofremos, porque recebemos de imediato toda a carga da massa, não foi só o líquido.

Agradeço a V.Exa. Não vou tomar mais tempo. O que eu iria expor, nossos representantes já o fizeram, inclusive no que tange a nossa preocupação sobre a permanência de metais pesados. Agradeço a todos e peço aos Deputados Federais que ajudem os representantes de Minas Gerais — Ronaldo Vasconcellos, Leonardo Monteiro e César Medeiros — para que juntos possamos encontrar solução para o Estado do Rio de Janeiro, mas não esquecendo de Cataguases, uma cidade pobre, industrial e que está prejudicada por esse acontecimento. O acontecido não foi por nosso querer, não houve a participação de nenhum elemento; foi tão-somente um acidente causado pelas fortes chuvas.

Se fecharmos essa indústria, Cataguases terá sérios problemas, porque são 700 empregados. Então, que se aplique as penas aos proprietários. Com o fechamento da indústria, como vão reparar os danos? Fazemos esse apelo veemente: ajudem-nos, Deputados Federais!

Deputado Ronaldo Vasconcellos, sou amigo particular de seu irmão, Aloísio Vasconcellos. Já fiz campanha para ele. Chegou a vez de solicitar a V.Exa. que some fileiras conosco, porque é o caos.

Pergunto ainda ao Dr. Aluísio Meyer: qual a participação da COPASA em pipas d'água? Se não tiver os dados, peço a gentileza de me mandar depois. Tenho interesse em saber, pois cobramos isso também do Governador do Estado.



O momento agora é de somarmos esforços. Não somos partidários da Prefeita. Mas, neste momento, temos de estar todos juntos e esquecer qualquer sigla partidária, afinal de contas, são vidas humanas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Estão inscritos no segundo bloco os Deputados Júlio Lopes, Antonio Carlos Mendes Thame, Sandro Matos e Ronaldo Vasconcellos.

Concedo a palavra pela ordem ao Sr. Deputado Nelson Bornier e, posteriormente, à Dra. Márcia.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convidados, participantes da Mesa, peço permissão para dizer que a Mesa da Comissão acaba de receber expediente da Cléber Advogados Associados em que junta diversos instrumentos particulares de procuração e algumas alterações contratuais.

Solicito ao Presidente que faça expediente à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, a fim de expedir não só os contratos primitivos, no caso da companhia limitada, ou ata, no caso de sociedade anônima, das empresas, inclusive da atual diretoria. Mais do que isso, por se tratar de Município pequeno, os Vereadores e o Presidente da Câmara Municipal de Cataguases devem saber quem são essas pessoas. A pessoa que está presa é tão-somente um representante, existem outras pessoas envolvidas.

Tive a oportunidade, quando da visita que fizemos com um grupo do Rio de Janeiro, na quinta-feira, a Santo Antônio de Pádua, de ligar para o Governador Aécio Neves a fim de solicitar a interferência de S.Exa. A situação não ficou muito clara. O Governador nos disse que aquilo pertencia ao grupo Matarazzo. Posteriormente, uma cooperativa tomou conta. Agora, estamos recebendo alguns expedientes e acho que há mais pessoas por trás disso.

Mais do que isso, Sr. Presidente, peço a todos os envolvidos diretamente na questão que resolvam o problema. Já fui Prefeito de um Município por duas vezes e vi de perto tragédias ocorridas no Estado do Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito à enchente. Já saíram daqui diversos Ministros, inclusive da área da Integração Nacional, para resolver o problema de Petrópolis, Teresópolis, Angra dos Reis. A maioria dos Prefeitos declararam calamidade pública aos Governos dos



Estados e estão até hoje tentando receber do Governo Federal os recursos prometidos não só pelo Governo anterior, mas até pelos antecessores.

Mais do que nunca temos de nos unir em favor daquela região. O Deputado Fernando Gabeira morou naquela região. Quem sabe não marcamos uma rápida reunião com a Ministra do Meio Ambiente e, se fosse o caso, também com o Ministro da Integração Nacional, a fim de discutir o problema?

Esse é o apelo que faço não só à bancada de Minas, mas à Comissão, à bancada do Rio de Janeiro e a todas as autoridades do Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Era o que tinha a dizer.

O SR. DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS - Sr. Presidente, mineiro não perde trem nem avião. Peço a V.Exa. que conceda a palavra à Dra. Márcia, porque seu voo está marcado para as 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Concedo a palavra à Dra. Márcia Romanelli, da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais.

A SRA. MÁRCIA ROMANELLI – Quero somente complementar o que disse o representante do IBAMA sobre a caracterização do rejeito que está depositado na barragem.

Na verdade, é um licor negro. Até foi feita uma observação sobre o cloro. Não há indícios da presença de cloro, porque ele não é utilizado na fabricação de celulose, mas, sim, no processo posterior, que diz respeito à fabricação de papel. Então, não há indício de que nesta barragem tenha sido depositado esse tipo de material.

Não foi possível fazer cloro nem na lama, nem no efluente, a parte líquida depositada na barragem, uma vez que a coloração impede a detecção desse elemento. Mas nos cursos d'água, seja no Rio Cágado, diretamente impactado, seja no Rio Pomba, esse elemento está dentro dos limites.

Para V.Exas. terem uma idéia, o valor de classe 2, que é a proteção das comunidades aquáticas, abastecimento doméstico após tratamento convencional, irrigação, é de 250 miligramas por litro nos corpos de água. Foram identificados oito no Cágado e cinco, seis no Rio Pomba, valor normalmente identificado.

(Segue-se exibição de imagens.)



Outro ponto. Essa lixívia negra nova gerada possui dois terços de matéria orgânica e um terço de matéria inorgânica. Como disse um dos convidados, consome muito oxigênio dissolvido. No caso em questão, já houve mineralização, degradação. Hoje, temos 40% de matéria orgânica e 60% de matéria inorgânica.

Nessa parte, a lixívia já se depurou, porque como acontece essa degradação o orgânico vai-se decompondo em inorgânico. Hoje, a porção inorgânica é predominante no resíduo da barragem.

Outro ponto importante é que na lama da barragem não foi identificada uma composição significativa em maiores componentes de metais tóxicos, tais como mercúrio, cádmio, chumbo. Essa lama é composta essencialmente de alumínio, ferro, sódio e titânio. O alumínio e ferro são constituintes do próprio solo da região. O sódio é proveniente da soda, utilizada no processo.

Outra questão muito importante é o pH do resíduo que está lá. O pH de um licor novo gira em torno de 13. O pH que está lá gira em torno de 9. Então, o que está lá não é um licor negro novo, mas depurado.

Outra observação. Não foram encontrados compostos tóxicos, do ponto de vista orgânico. Apenas um grupo, o metox, que é da degradação da lignina, presente na degradação da celulose.

No dia 2, o Rio Pomba já mostrava indícios de retorno à condição natural. Do ponto de vista de oxigênio dissolvido, obtinha valores de quase 6,5, aqueles normalmente encontrados no monitoramento sistemático que o Estado faz naquele rio. Mas o Rio Cágado ainda estava sendo submetido ao trabalho de retirada do material lá disposto.

No Rio Cágado, foi identificado outro composto tóxico, o fenol, com valores acima do limite ambiental da classe 2. Já no Rio Pomba esse componente em momento algum esteve acima do limite.

Com relação ao mercúrio, o valor identificado na lama está um pouco acima do valor no solo, na crosta terrestre, mas é cerca de quatro vezes menor do que o solo contaminado em região de garimpo.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI – Sr. Presidente, já que a Dra. Márcia vai ter se ausentar, quero pelo menos que S.Sa. identifique o que está matando os animais e toda a fauna da região. Se isso não é tóxico, o que está matando os animais?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Deputada Jandira Feghali, a pergunta de V.Exa. será respondida pelo representante de Minas Gerais. O representante da FEEMA, Rio de Janeiro, fará também sua explanação.

A SRA. MÁRCIA ROMANELLI – Esta será a minha última participação na reunião, porque terei de me ausentar.

O material tem componentes bastante diferentes da condição existente. Isto é claro. A própria pluma descarregada tinha certa contaminação e transformou a água com condições naturalmente existentes em água com grande demanda de oxigênio. Era uma água sem oxigênio dissolvido. O próprio fluxo foi carregando e matando, porque a água que está lá depositada não tem oxigênio dissolvido. A segurança da caracterização que temos é do efeito que talvez não seja tão devastador quanto imaginamos. Mas realmente matou porque aquela água foi colocada em 1,5 bilhões de litros sem oxigênio dissolvido. Estamos colocando a caracterização frente aos efeitos posteriores.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, pela ordem. Acho um absurdo esperar que a FEEMA responda. Isso veio de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Precisamos que Minas Gerais responda ao Rio de Janeiro e não o contrário. Infelizmente, a Dra. Márcia tem de se ausentar, mas alguém deveria representá-la porque, no meu entendimento — essa não é uma questão de bancada por bancada —, querendo ou não, depois de Cataguases, toda a contaminação foi no Rio de Janeiro. O desastre abrangeu o Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS – Deputada Laura Carneiro, comunico a V.Exa. que a Presidente da FEEMA está presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – O pessoal de Minas Gerais, Deputada Laura Carneiro, também responderá.

A SRA. MÁRCIA ROMANELLI – Quero apenas complementar a minha fala. Nossas observações são similares às da FEEMA.

(Não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem. Escutei neste momento sobre a contaminação dos rios Pomba e Paraíba do Sul. Quero dar uma notícia, até muito agradável: a água, de fato, não é tóxica. Constatei esse fato na sexta-feira, por volta das 17 horas, quando estive presente no ribeirão do Cágado juntamente com o pessoal da Prefeitura de Cataguases, que estava dando assistência. Vimos, do lado direito da ponte do Rio Cágado um animal cágado que subiu e desceu respirando.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) - Por gentileza, peço que seja mantida a ordem das inscrições. Temos 22 Deputados inscritos e até agora apenas cinco falaram. Não é justo abriremos a palavra para os que não estão inscritos. Depois daremos a oportunidade aos demais, democraticamente, para que todos participem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, quero saber quem foi o último orador, porque não tenho a mínima idéia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Estava franqueada a palavra aos representantes dos órgãos convidados, depois, aos Srs. Deputados. Obedeceremos a lista de inscrição.

Com a palavra a Dra. Isaura Maria Ferreira Fraga.

A SRA. ISaura MARIA FERREIRA FRAGA – Primeiramente, pela análise efetuada e enviada por Minas Gerais dizendo o que existe dentro do dique, fizemos um cálculo. Na verdade foram lançadas 1,54 toneladas de fenóis. Trata-se de uma DQO de 35 mil toneladas e mercúrio numa proporção aproximadamente de dois quilos. O acidente lançou esse material ao longo de um dia.

É importante esclarecer que há a toxicidade por produtos químicos, que contém toxicidade própria, e a toxicidade por carga orgânica, que consome todo o oxigênio do rio. O que parece ter acontecido é que essa carga, ao chegar no rio, consumiu todo o oxigênio. Primeiro, por ser um volume muito grande; segundo, porque ocorreu em muito pouco tempo. Chegou também com um pH muito alto, em torno de 13. Seria como uma soda cáustica com carga orgânica muito grande. É claro que houve toxicidade aguda. Não quer dizer que existe alguma substância que ficará perene, a não ser o mercúrio e outros metais. Alumínio já encontramos na região e não há toxicidade tão grande. O mercúrio foi preocupante, principalmente por essa carga orgânica muito aguda.

Fizemos teste de laboratório de toxicidade com peixe. Todos morreram com a água do rio que passava na estação de Pádua no momento em que o pico da pluma chegou. O que acontece? Quando se tem um lançamento muito forte no rio, tem-se uma pluma de contaminantes que tende, ao longo do rio, ir se aplainando. Quer dizer, faz uma curva acentuada num primeiro momento e vai-se aplainando. Isso é algo que hoje ocorre no mar. Ela está muito mais espalhada. Parece que chegou



muito mais contaminante no mar do que no rio. É porque, na verdade, a pluma tem uma característica de cada vez se dissipar mais.

No momento do acidente, não sabíamos do que se tratava. Ligamos para a fábrica de Cataguases e não encontramos ninguém para nos dar informação do material que estaria lá. Optamos por fazer teste em todos os tóxicos existentes. Pegamos todos os orgânicos, todos os orgânicos clorados, todos os metais, dioxinas, furanos, que seriam os cancerígenos, todos aqueles que entendíamos pudesse ser produto químico de alta toxicidade. Seria essa a diferença mencionada pela Márcia. Existe toxicidade, mas não é cancerígeno, não tem alta toxicidade e nem vai ficar no ambiente por muito tempo.

Paramos as tomadas de águas e monitoramos treze pontos da cidade. Fizemos cem análises. Entregarei o relatório com resultados até o dia 03. Concluiremos os relatórios do dia 03 em diante. Por quê? Às vezes, levamos cinco dias para obter um resultado de laboratório. Também temos de comprovar quando esse resultado está acima do padrão. Seria leviano da parte da FEEMA divulgar um resultado do qual não se tem certeza.

Outro fator importante: temos de verificar em que isso afeta o rio e o mar. São situações diferentes.

Para liberar a água, comparamos com a classe 3 do CONAMA que dá os padrões de abastecimento público, irrigação e dessedentação de animais. No dia 02 todas as amostras dos treze pontos de todo o Rio estavam aptas a serem liberadas. É importante esclarecer que isso não quer dizer que não tenha afetado a fauna e a flora local. Estamos comparando e liberando a água para abastecimento.

Como bem disse o Deputado Fernando Gabeira, teremos de verificar como ficou o sedimento, o efeito na biota, nos organismos alimentadores de toda a cadeia biológica do rio. Esse é um segundo processo de análise, um plano de monitoramento mais detalhado que tem de ser feito, para avaliarmos o dano na flora e na fauna.

Outro efeito que terá de ser estudado é o dessa pluma ao chegar nos mangues, que também tem metabolismo completamente diferente do rio. Estamos fazendo essas análises, esses estudos, com metabolismos completamente diferentes do rio. Estamos começando agora uma campanha de sedimentos na região mais afetada, até para ver o comportamento desse mercúrio que deve ter se



sedimentado ali. Fizemos também alguns testes com os peixes que morreram no momento do acidente. Fizemos toda uma análise de metais nas vísceras dos peixes mortos e não encontramos nenhum indício de metais. Não fizemos testes com alguns animais mostrados na televisão, porque já não havia mais possibilidade. Foram encontrados um boi e um cachorro. Pode ser que tenha sido pelo pH alto ou pelo hidróxido na água. O metabolismo do ruminante é completamente diferente, e isso está sendo investigado pela Secretaria de Agricultura.

Notem que dizer que não é tóxico não significa que não tenha existido uma toxidade aguda que matou os peixes; significa que, com exceção dos metais lançados, não há nenhuma substância que vá persistir no meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Com a palavra o Sr. Ícaro Moreno Júnior.

O SR. ÍCARO MORENO JÚNIOR – A SERLA é o órgão gestor de recursos hídricos do Estado do Rio de Janeiro — tenho comigo seu relatório. Basicamente trabalhamos em conjunto com a ANA — Agência Nacional de Águas, pois os rios Pomba e Paraíba são de competência da União. Trabalhamos em conjunto no fechamento de comportas, tanto em Campos como em outras cidades da região, como Barra de São João. Estamos também trabalhando junto à comissão técnica, em Cataguases, para decidir as medidas a serem tomadas.

Amanhã, às 4h30 da tarde, nós nos reuniremos com a comissão para definir exatamente se vamos fazer um terceiro reservatório para receber as águas do segundo reservatório, se vamos continuar bombeando os recursos provenientes para isso e, caso haja o terceiro, quanto custará tratar os três reservatórios de modo que possamos tornar inerte o material, jogá-lo ao longo do rio e fazer o fechamento completo.

Gostaria ainda de falar ao Deputado Fernando Gabeira sobre a medida provisória. Segundo o Coronel Wilson, do Ministério da Integração Nacional, que está coordenando as ações, há, em algum Estado, saldo de recursos em torno de 700 ou 800 mil reais, proveniente de medida compensatória de janeiro em decorrência das chuvas. Também na reunião de amanhã vamos detalhar o programa de ação. Penso que a recuperação dos reservatórios ficará abaixo dos 800 mil. Amanhã teremos esse valor, de modo que não se faz necessária medida compensatória para essa execução.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Com a palavra o nobre Deputado Júlio Lopes.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Se entendi bem, devemos dar graças a Deus porque, em primeiro lugar, o maior grau de toxidade era transitório e, em segundo lugar, a população não tem de beber aquela água.

Requeiro ao Presidente do IBAMA que nos envie, por ofício, o relato da sucessão de erros ou equívocos que certamente deve ter havido na supervisão feita pela Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais e pelos demais órgãos de meio ambiente do Estado, bem como pelos órgãos de âmbito nacional — provavelmente o próprio IBAMA —, que permitiram que esse tipo de dano pudesse acontecer.

Solicito, pois, uma avaliação sobre a qual possamos trabalhar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Com a palavra o Deputado Sandro Matos.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS – Segundo o Sr. Nilvo Alves da Silva, representante do IBAMA, a Ministra Marina Silva teria se manifestado favoravelmente à continuidade do período do defeso e, conseqüentemente, à continuidade de pagamento aos pescadores da região. Pergunto ao Sr. Cláudio Langoni, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, a partir de quando os pescadores começarão a receber.

Nós, do grupo de trabalho que visitou o local do acidente, estamos muito preocupados com a situação dos moradores, que estão sem condições de se abastecerem de água, leite, comida etc. — pelo que me informaram, dentro de dois ou três dias se restabelecerá o abastecimento.

A primeira pergunta, portanto, é: quando os pescadores vão realmente começar a receber alguma coisa que lhes permita ter o que comer?

A segunda pergunta é sobre como se procederá com os pescadores não cadastrados. Falou-se aqui relativamente a quem estivesse cadastrado no período do defeso, e é muito comum entre esses pescadores haver vários que não têm sequer carteira de identidade.

A terceira pergunta é relativa à agricultura e à pecuária da região. A propósito, se no caso do Rio de Janeiro estão em jogo milhares de pessoas, não me parece



que custaria muito mais ao Governo Federal melhorar a situação dos 45 sitiados, aqui lembrada pelo Vereador Vicente Paulo Dias, Presidente da Câmara de Cataguases.

Ao Sr. Nilvo Alves da Silva pergunto qual o prazo para o término das análises de solo e de sedimento de modo a termos dados mais definidos.

Dirijo-me agora ao Sr. Jerson Kelman — S.Sa. já não se encontra mais presente, mas, como a reunião está sendo gravada, terá acesso às notas taquigráficas. Foi aqui abordada a questão da passagem de resíduos para o segundo reservatório. O grupo de trabalho sobrevoou toda a região e, numa avaliação leiga, teve a impressão de que havia vazamento no segundo reservatório. Pergunto se realmente houve esse vazamento, para que tenhamos real noção do que está acontecendo.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS – Certo, não houve vazamento, mas há o risco de isso acontecer.

Acabamos sabendo por jornais e por companheiros desta Casa que a empresa já funcionava há cerca de 14 anos. Pergunto ao Sr. Ilmar Bastos Santos por que a empresa não teria autorização, pelo menos por um período de sete anos.

Em reunião realizada ontem pela bancada do Rio de Janeiro, a companheira Jandira Feghali nos apresentou relatório da FEAM — tenho cópias comigo e as passarei aos membros da Mesa.

Temos projetado diante de nós *slide* de fotografia tirada na segunda-feira, 31 de março, de acordo com o coronel Carlos Alberto Carvalho. Sobrevoamos a área na quinta-feira, dia 3 de abril, e tenho fotos mais recentes que mostram um cenário bem próximo ao que vemos nesta foto.

Segundo a FEAM, os resultados foram comparados com os dados obtidos entre 2000 e 2002 pelo Projeto Águas de Minas, que monitora a qualidade das águas de Minas Gerais. Posto isso, foi possível perceber que o Rio Pomba, após receber as águas do ribeirão Cágado, diretamente atingido pelos resíduos da barragem rompida, indicou valor de alcalinidade total 1,8 vezes maior que o valor médio obtido nas 12 amostragens realizadas no período 2000/2002.

Fiquei surpreso com essa avaliação, até porque se no dia 31 tínhamos ali, aparentemente, como leigo, uma avaliação aérea na qual a água aparecia bem



escura e no dia 03, quinta-feira, ela continuava não muito diferente — estão aqui as fotos do dia 03 —, por que esse laudo com essa alta alcalinidade? Realmente, isso me surpreendeu e daí a minha pergunta.

O relatório diz que o valor estava 1,8 vezes maior que o médio obtido nas 12 amostragens realizadas entre 2000/2002, ou seja, estava sendo feito o monitoramento nesse período. A avaliação realizada, recentemente, dias 1 e 2, mostrou uma alcalinidade, ou seja, a transparência, mais alta do que após o acidente. O que nós leigos vemos, olhando por cima, é uma área muito escura.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Pelo que está dizendo o relatório, nos dias 1 e 2, foi coletada água e feita uma análise que demonstrou alcalinidade maior do que no período de 2000 a 2002.

(Não identificado) – Consta da série histórica do Projeto Águas de Minas.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Isso. Trata-se do relatório que está aqui e que passarei às mãos dos senhores, até para que possam analisar e se posicionarem.

Sabemos pelos Prefeitos das cidades do Rio de Janeiro, em especial pelo Prefeito de Pádua, que não foram sequer avisados do rompimento da barragem. Eles acabaram sabendo pelos pescadores e moradores que começaram a observar que a água estava com uma cor um pouco diferente. O Prefeito, de uma hora para outra, teve de começar a tomar medidas, sem sequer saber o que estava acontecendo. Pergunto: Por que a não-informação, já que os órgão competentes de Minas Gerais sabiam do desastre?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores expositores, senhoras e senhores, ouvi atentamente todas as exposições e não consigo deixar de ter uma sensação de profunda decepção, não a de que haja alguma tentativa de encobrir, de proteger a empresa, os técnicos, mas a de uma profunda inércia, de uma incapacidade de resolvermos os problemas e de que vamos continuar discutindo, nesta Comissão, DBO/DQO de produtos tóxicos, quantos peixes ainda vão morrer, quantos já morreram e não chegamos ao ponto chave da questão.



A maioria de nós é dotada de uma influência hegeliana, ou seja, acabamos acreditando que a humanidade não progride de forma linear, mas em etapas, de forma ciclotímica. Os avanços são decorrentes, muitas vezes, até dos próprios problemas. São esses problemas que geram reações que fazem com que avancemos e progridamos. Não consigo enxergar, em tudo o que ouvi, perspectivas para esse avanço, num problema tão grave que nos propicia até imaginar que possamos, dentro de alguns meses, ouvir nova notícia dizendo que desta vez temos um novo problema, o maior acidente ecológico do Brasil que supera aquele do Rio Pomba, ocorrido no final de março, que, por sua vez, havia superado um outro de 1996, porque não conseguimos aproveitar este momento para fazer algo positivo.

Em função disso, farei rápida digressão e, em seguida, as perguntas.

Quero situar esse problema dentro daquilo que imaginamos que possa ser para nós e que o que têm dado certo em alguns países em relação aos problemas ambientais.

O países que têm obtido sucesso são aqueles que atuaram simultaneamente em três vertentes: legislação, financiamento — como buscar recursos para reverter o que já foi degradado — e gestão.

Nestes últimos 30 anos — e só nestes últimos 30 anos, porque a questão ambiental é muito recente, não tem mais do que isso, a Declaração de Estocolmo se deu em 1972 —, na área da legislação, a primeira etapa foi do tipo comando e controle: baixo a norma e depois nomeio uma multidão de fiscais, para punir quem não a cumpre.

A segunda etapa se deu na área da prevenção: normas técnicas para licenciamento, só licencia quem cumpre tudo aquilo; e zoneamento em determinadas regiões. Já não se pode abrir uma fábrica de acetona, independentemente de a firma provar que tem condições de produzir o produto sem riscos. Não interessa só a norma dizer que vai punir se houver algum vazamento naquela região. Não pode nem instalar.

A terceira etapa é esta que imaginamos que estamos vivendo, uma evolução da legislação de comando e controle e da legislação de prevenção, que é a de indução, em que há princípios, como o do poluidor pagador, para induzir a sociedade a ter um comportamento ambientalmente desejado em determinado momento da nossa história.



Tendo em vista o conjunto das três etapas, porque a terceira não prescinde da primeira e não a abandona, nem a segunda, e a segunda não abandona a primeira, fizemos a Lei dos Crimes Ambientais; a Lei nº 9.433, das Águas; criamos a ANA; estamos criando esse arcabouço jurídico, que é o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e os sistemas estaduais.

Abordar o problema, como todos estão fazendo, como se fosse decorrente das chuvas — choveu demais e por isso ocorreu esse acidente ou porque alguém, inadvertidamente, fez uma gambiarra, subiu mais um pouco o muro —, dá a impressão de que está tudo bem, de que não temos nada a fazer e de que simplesmente esses acidentes terão de ser tratados no âmbito da Defesa Civil. Tanto é assim que até foi convidado o representante da Defesa Civil, para falar sobre algo inevitável.

Na minha avaliação, não estamos no caminho certo. Ainda há muito a fazer no Brasil. A prova é que nós mesmos não conseguimos ainda aprovar nem a legislação de saneamento, a Lei de Resíduos Sólidos, relatada pelo Deputado Emerson Kapaz, que inclui resíduos tóxicos. É um absurdo não termos ainda conseguido aprovar essa lei. Ela tem alguns dispositivos que tratam diretamente da questão ocorrida esses dias.

Tenho algumas perguntas sobre legislação, orçamento e gestão.

Quero saber do representante do Ministério do Meio Ambiente se o órgão considera satisfatória a legislação que existe, que nem existe, que está permitindo essas barragens de rejeito e de resíduos ou se tem alguma sugestão para ser enviada, por meio do Poder Executivo, para melhorá-la. E mais, se o Ministério considera factível continuar permitindo a ocorrência desses depósitos.

Vou dar um exemplo de como as coisas, às vezes, precisam mudar. Precisou haver o acidente na Bulgária, com cianeto, que matou todos os peixes do Danúbio para que houvesse grande avanço na legislação europeia.

Sinto também que há a tendência de incriminar Minas Gerais mais do que merece. Ora, quem pode multar é o IBAMA. Então, ele é quem pode exigir e fiscalizar. Até concordo com a idéia de que não vale a pena ficar procurando culpados. Mas determinar responsabilidades, distribuir funções, caracterizar com muita clareza quem é o responsável é de fundamental importância para o aperfeiçoamento da legislação. Senão, o sistema de responsabilidade



compartilhada, que nós todos defendemos — todos nós que acreditamos nos comitês —, passa a ter um elemento altamente deletério, porque, em vez de se compartilhar a responsabilidade pelo sucesso, gerando envolvimento e participação, se acaba diluindo a responsabilidade, e não se acha o culpado de nada.

Quero também perguntar aos representantes do IBAMA: qual o papel do IBAMA nesse acidente? Com toda a clareza, acham que não houve nenhuma falha ou realmente ocorreu algo que precisa ser mudado?

Peço ainda ao Dr. Jerson Kelman que explicita o papel de uma agência, ainda mais nessa época em que se discute tanto sobre o assunto — está havendo um *delenda* agências no País, querem acabar com todas elas —, e também dos comitês. Temos um dos melhores comitês no Paraíba, tanto é dos melhores que foi o primeiro a conseguir instalar uma agência e implantar cobrança pelo mau uso da água.

Por último, quero saber se há mais algumas sugestões que os senhores queiram nos dar para que a nossa culpa também, como legisladores, possa ficar explicitada; e que possamos, de forma incisiva, cobrar urgência urgentíssima daquilo que tem que ser feito em primeiro lugar.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) - Com a palavra o Deputado Ronaldo Vasconcellos.

O SR. DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS – Serei brevíssimo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, em primeiro lugar, na condição de membro do grupo de trabalho e da Comissão externa, farei rápida constatação. As pessoas querem saber quem errou. Se formos procurar culpados, teremos que voltar a 1964, coincidentemente na época da revolução, quando aquela obra foi instalada, e o Governador era Rondon Pacheco, considerado até desenvolvimentista. Essa edificação é praticamente de 40 anos atrás, e talvez a culpada seja a Sra. Pia Matarazzo — não se está viva ou não —, que um dia foi dona daquelas instalações durante algum tempo. Se formos procurar culpados, o culpado é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que administrou as instalações fabris durante algum tempo e “forçou” — entre aspas — a negociação para que aquelas instalações fossem vendidas, vamos dizer assim. Isso



sem querer dizer que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social tenha sido um hospital de empresas.

É bom que as pessoas tomem conhecimento da história, não sei se gloriosa ou não, daquela instalação fabril. Ela é muito mais antiga do que as pessoas estão dizendo.

Houve erros, omissões e negligências? Devem ter acontecido, mas as soluções foram apontadas aqui hoje. Quero apenas reforçar o raciocínio de cada um. Em primeiro lugar, há uma proposta de edição de medida provisória que atenda os Municípios do Rio de Janeiro, os pescadores daquele Estado, mas também os sitiante de Minas Gerais, os sitiante de Cataguases. É bom que isso seja feito. Quando acontece uma catástrofe pluvial, é feita edição de medida provisória. Essa foi a grande solução encontrada pelo Deputado Fernando Gabeira. A segunda proposta, feita pelo Deputado Luciano Zica, é a constituição de uma CPI. E, por fim, a elaboração de projeto de lei que trata da política nacional de emergências ambientais. São três caminhos factíveis e possíveis, alguns emergenciais.

O Dr. Jerson Kelman foi agora receber um prêmio internacional e deve entender de água muito mais que todos nós. Pergunto a S.Sa. em que condições está a água do rio Paraíba do Sul.

Ao Dr. Ilmar Bastos Santos, biólogo competente, que dirige hoje a FEAM, Fundação Estadual do Meio Ambiente, pergunto se está tranquilo no cumprimento de suas funções, se o sistema operacional de Minas Gerais está fazendo o seu papel. Tenho uma posição independente. Não votei no Governador Aécio Neves, embora tenha por ele o maior respeito e admiração.

Ao Presidente da Câmara Municipal, pergunto se, em condições ambientais legalizadas, a sociedade de Cataguases é favorável à permanência da indústria no Município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Com a palavra o Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de começar minha exposição, quero dizer que, tão logo ocorreu essa tragédia, a bancada do PV enviou uma equipe de ambientalistas, repórteres e jornalistas para a região. Estou disponibilizando material com 250 fotos e duas horas de fita de vídeo, caso a Comissão Externa e o grupo de trabalho desta Comissão desejem analisar.



Esta semana tive a oportunidade de ouvir uma entrevista da Sra. Ministra Marina Silva, e hoje ouvi o Sr. Cláudio Langoni repetir praticamente suas palavras em relação às bombas-relógio que temos por aí. Isso tudo me preocupa.

Infelizmente, o desastre ambiental em Cataguases já aconteceu. Os órgãos diretamente envolvidos com a questão estão procurando cumprir o seu papel. Pergunto ao Sr. Cláudio Langoni: qual a prioridade do Ministério para desarmar essas bombas-relógio? Vamos esperar acontecer outro desastre ambiental e realizar mais reuniões? Para mim, esses problemas devem ser tratados como prioridade pelo Ministério.

Concordo plenamente com o Deputado Nelson Bornier. Faz-se muitas reuniões, mas essas bombas-relógio precisam ser imediatamente desativadas.

Não concordo com o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame quando diz que não se deve procurar culpados. Devemos, sim. É uma injustiça muito grande prender apenas uma pessoa quando existem muitos envolvidos. Devemos apurar o caso até o fim e punir exemplarmente os culpados.

A bancada do Rio de Janeiro lamenta muito que o Estado esteja passando por momento tão adverso. Há tiroteio no Cristo Redentor, ônibus são queimados... Mais uma vez, estamos-nos sentindo desamparados.

Queremos saber quem vai pagar a conta das pessoas prejudicadas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, conversava com a Deputada Jandira Feghali e com os Deputados Deley e Fernando Gabeira e chegamos a duas conclusões.

Sinto-me diante de uma tela de Miró, literalmente. Nessa tela está São Pedro, culpado porque choveu.

A conclusão do Deputado Fernando Gabeira é um pouco mais popular que a minha. É como aquela história do vazamento do vizinho de cima para o de baixo. O vazamento começou no apartamento de cima e o vizinho de baixo é que agüenta as conseqüências. Ele tem que resolver o problema e, depois, brigar com o vizinho de cima, e este vai para o cinema. É assim que estou-me sentindo: o vizinho de baixo.



A bancada do Rio de Janeiro — não se trata de questão partidária, mas suprapartidária — reuniu-se ontem e tomou algumas decisões. Um documento está sendo elaborado para a Ministra Marina Silva, nossa amiga, pedindo a edição de medida provisória não só para resolver o problema dos sitiante de Cataguases e dos pescadores, mas também dos dez Municípios afetados gravemente pelo acidente.

Fico muito triste em imaginar que não existem culpados. Existem, sim. Temos culpa? Não sei, porque a legislação atual já nos permitiria agir. Nem que fosse pelo Código de Defesa do Consumidor, porque todas aquelas pessoas são usuárias, afinal, esta Comissão é de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Todos conhecemos bem o Código de Defesa do Consumidor. Nem que fosse pela lei ambiental.

Não temos de nos preocupar com as leis. Aliás, se imaginarmos que numa situação absolutamente emergencial teremos de nos preocupar com que tipo de lei editar, estaremos retrocedendo.

Fiquei absolutamente triste em ver, mais uma vez, o que vejo sempre: a Defesa Civil resolver o problema emergencial. Mas isso já é normal, se não existisse a Defesa Civil estaríamos literalmente lascados, não há outra palavra. Mas não apenas no caso da FEEMA, em todos os casos. Aliás, para isso serve a Defesa Civil.

Hoje temos 600 mil pessoas sem água, conforme salientou o representante da Defesa Civil.

O Estado do Rio de Janeiro só recebeu um comunicado no dia 30, isso é fato. Temos dois pareceres: um da FEAM, que diz não ser tóxico — e não sou surda, estava fumando, mas estava ouvindo; outro da Presidente da FEEMA, que diz ser tóxico. Segundo suas palavras: toxidade aguda.

Como disse a Deputada Jandira Feghali, peixe não morre por acaso, a não ser que... Bom, enfim, não morre, nem na Bíblia; pelo contrário, multiplica-se. Alguma coisa está errada, e alguém vai ter de pagar essa conta.

No meu entendimento, essa conta não é só do Governo Federal, mas do Governo de Minas Gerais. Adoro o Governador Aécio Neves, é meu amigo particular. Mas aqui não se trata de gostar ou não o Governador, mas resolver um



problema que aconteceu com a população de nove Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

A bancada do Rio de Janeiro não vai admitir que a FEEMA, a SERLA e a Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro tenham de buscar recursos — porque o Rio de Janeiro não tem recursos neste momento — para pagar por um defeito que o vizinho provocou. Não é justo. Não é justo abrir o jornal — e não sou do PSB, sou do PFL — e ver escrito: “A FEEMA não opinou”. Mas que diabo, a FEEMA está sofrendo o retorno!

Há, sim, responsáveis. Quero saber quem vai pagar a conta. Qual o valor da indenização que o Governo de Minas Gerais e o Governo Federal vão pagar ao Governo do Estado do Rio de Janeiro?

Quando aconteceu o acidente com a PETROBRAS, o Estado do Rio de Janeiro foi indenizado. Quero saber qual será o valor da indenização para os nove Municípios atingidos.

Por que a PETROBRAS pagou uma indenização de 50 milhões e, agora, os responsáveis pelo desastre ambiental não querem pagar nada? Como fica a população que está todos esses dias sem água?

Sr. Presidente, não adianta esta discussão, porque todas as respostas vão ser iguais: “É tóxico. Não é tóxico. Não temos muita culpa, porque avisamos à FEAM e à Guarda Florestal e elas não fizeram nada”.

“Como pode ocorrer uma coisa dessas?” Ouvei isso aqui hoje e fiquei desesperada. Quer dizer, o IBAMA avisa ao Governo do Estado e não acontece nada? “Por favor, IBAMA, multe o Governo do Estado!” Foi o que ouve, está aqui anotado. Peguei meu telefone para checar se era verdade. O IBAMA tinha conhecimento dos fatos e comunicou a situação. Previu o que iria acontecer. Não fizeram nada, e fica por isso mesmo? E vamos ficar discutindo legislação? A culpa, agora, é do Congresso Nacional? Já cansei de ser culpada por algo que não fiz.

Sr. Presidente, em nome da bancada do Rio de Janeiro e de todos os Deputados que aqui estão, afirmo que gostaria que atitudes concretas fossem tomadas. Quando me referi à questão do gerúndio, não se tratava de brincadeira. Estamos fazendo reunião? Sim. Concretamente, a Defesa Civil gastou dinheiro, a SERLA e a FEEMA acharam 700 mil reais que estavam sobrando em algum lugar. Foi isso que aconteceu. Quero saber quanto vai dar o IBAMA, quando sai a medida



provisória, quanto o Governo do Estado de Minas Gerais vai dar ao Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados e expositores, em primeiro lugar, quero dizer que concordo em gênero, número e grau com todas as palavras proferidas pela Deputada Laura Carneiro.

Na resenha que nos foi distribuída há uma matéria do jornal *Valor Econômico*, que diz o seguinte em um dos parágrafos: “A Polícia Militar de Minas informou ontem que não foi encontrada licença ambiental nas duas vistorias na indústria, em julho de 2002 e em fevereiro de 2003. As vistorias foram feitas a pedido do IBAMA, que havia recebido denúncias. A PM mineira mostrou documentos para provar que comunicou a situação ao IBAMA”. Ou seja, o IBAMA recebeu a denúncia — se isso for verídico —, acionou a Polícia Militar de Minas Gerais, que comunicou ao IBAMA, que não fez nada. Por que não comunicou logo ao órgão de meio ambiente do próprio Estado? Por que deixaram ficar na situação em que estava? Por que não se verificou se havia alvará de localização, se foi renovado sem licença ambiental dessa companhia?

Além do mais, paramos e analisamos tudo o que está sendo falado, mas o que queremos saber mesmo é sobre a culpa. Acho que, nesta audiência pública — cumprimento o autor do requerimento —, deveria estar presente o representante do Ministério Público, a fim de que tomássemos ciência imediata das atitudes que poderiam ser tomadas para verificar quem são os culpados, quem vai pagar essa conta, como bem disse a Deputada Laura Carneiro, porque estamos convivendo com uma realidade em que nem sequer nos avisaram.

Lembro-me bem de que no domingo, dia 30, à noite, o próprio Prefeito de Pádua estava telefonando para todo mundo para dizer o que estava acontecendo no Rio de Janeiro. No outro dia é que foram verificar o que estava ocorrendo e que chegou o comunicado. Ou seja, as autoridades nem sequer alertaram sobre o que iria acontecer.

Deixo aqui algumas perguntas bastante importantes. Que ajuda concreta o Governo Federal pretende dar para resolver a situação? Até agora, fizeram uma visita



ao local, mas não houve ajuda concreta. A bancada do Rio de Janeiro está pedindo isso, mas já era para o Governo Federal ter tomado uma iniciativa, posicionando-se claramente quanto ao tipo de ajuda. Queremos também saber quem vai pagar os prejuízos.

Exponho aqui a seguinte situação, Deputada Laura Carneiro, para dar prosseguimento às palavras de V.Exa.: se fosse o contrário, se uma indústria localizada em um Município do Rio de Janeiro tivesse causado esse problema em outros Estados, imaginem o que não iriam fazer com a Governadora Rosinha Matheus, que já é tão bem tratada pela mídia! Se fosse o contrário, estaríamos todos sendo massacrados. Estamos sendo vítimas, e até agora, passado todo esse tempo, não temos uma regra definida, uma ajuda concreta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Com a palavra o Deputado Paulo Feijó.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Sr. Presidente, pela ordem. Quero registrar a presença do Presidente da Associação dos Prefeitos do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, Prefeito do Município de Piraí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Com a palavra o Deputado Paulo Feijó.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, autoridades presentes, sou daquela região, tenho minha base política no norte e no noroeste do Estado do Rio de Janeiro, moro no Município de Campos. Portanto, posso afirmar com muita convicção que esse crime ambiental, sem precedentes no País, causou um enorme trauma.

Não resolveremos a questão tentando encontrar culpados, até porque teríamos de responsabilizar muitas pessoas nos vários escalões dos Governos. O que falta ao brasileiro é uma cultura de preservação do meio ambiente. Espero que, em função desse lamentável fato, o próprio Governo Federal divulgue melhor a necessidade da preservação do meio ambiente. Que ele, nas suas propagandas oficiais, não só divulgue seus feitos, como tem ocorrido ao longo dos últimos anos, mas também abra espaço para que essa campanha pela preservação do meio ambiente de fato ocorra.

Houve negligência do Governo do Estado de Minas Gerais, sim, mas não somente agora, na administração de Aécio Neves. O Estado vem negligenciando há



muitos anos, como também o IBAMA. Fomos no local do acidente oito dias depois do início do vazamento e ele ainda continuava. Oito dias depois! O Governo Estadual não tomou nenhuma ação efetiva no sentido de vedar esse vazamento. Então, houve negligência, sim. Mas o que acontece? As estruturas do Governo estão falidas. O IBAMA tem problemas enormes. Não há apoio, não há logística. A mesma coisa acontece com o Governo de Minas Gerais.

No caso da PETROBRAS é diferente, porque ela tem uma enorme estrutura. Esse acidente não pode ser comparado com um derramamento de petróleo. O petróleo não se dilui na água, é mais fácil de ser combatido. Esses produtos químicos logo se dissolveram na água. Achávamos que, enquanto os produtos estivessem no Rio Pomba, o acidente teria certa gravidade, e quando chegassem no Paraíba do Sul, por ser um rio de maior volume de água, a poluição iria se dispersar. Mas nada disso ocorreu.

Foi um acidente gravíssimo! E ficamos com o prejuízo econômico, social, ambiental e também sentimental. Nós, que moramos naquela região, que reconhecemos a importância e acima de tudo a beleza do Rio Paraíba do Sul, tivemos nossos corações machucados. Logo depois do acidente, alguns Deputados se deslocaram até o local e puderam presenciar aquela mortandade de peixes, o que nos fez chorar — havia robalo de 10 quilos, dourado de 20 quilos. Isso não tem como ser reparado.

Mas o Governo de Minas não vai pagar por esse acidente, nem o IBAMA. O problema vai ficar para nós administrarmos. Eu, que moro naquele local, que conheço a maioria dos pescadores, dos produtores rurais, vou dividir com eles esse sofrimento ao longo dos próximos anos. Estamos hipotecando a eles nossa total solidariedade. Vamos aguardar que o Governo Federal seja sensível realmente e não apenas dê cobertura à região afetada, mas também procure estruturar melhor os seus órgãos para que a situação seja resolvida com menos sofrimento. Temos de priorizar, daqui para frente, uma política de conscientização sobre a importância da preservação do nosso meio ambiente.

Presenciei essa tragédia desde o início. Com o maior respeito pelo povo de Minas Gerais, quero dizer que houve negligência, sim. Se tivesse sido o inverso, se o Rio Paraíba do Sul desaguasse em Minas Gerais, com certeza o Estado do Rio de



Janeiro iria negligenciar em relação a Minas Gerais, porque, infelizmente, as estruturas de governo estão falidas.

Com esse desastre, esperamos que a campanha de preservação do meio ambiente seja fortalecida, para que não nos envolvamos mais nesse tipo de situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Antes de passar a palavra ao Deputado Luiz Sérgio, quero dizer que o co-autor do requerimento, Deputado Renato Cozzolino, não está presente, mas enviou algumas perguntas por escrito à Mesa.

Vou ler as perguntas, para ficarem registradas nos Anais da Casa:

“Perguntas para a audiência pública relativas ao desastre ambiental:

1. Qual a caracterização que está no meio líquido das águas represadas nos diques 1 e 2, isto é, a análise físico-química detalhada com a quantificação dos elementos encontrados especificamente para metais pesados?

2. Qual a caracterização que está no fundos dos diques 1 e 2, isto é, a análise físico-química detalhada com a quantificação dos elementos encontrados especificamente para metais pesados?

3. Nos monitoramentos dos Rios Pomba e Paraíba do Sul, qual a caracterização do meio líquido das águas e do fundo dos mesmos e a análise físico-química detalhada com a quantificação dos elementos encontrados especificamente para metais pesados? Como também identificar o dia, a hora, os locais e os técnicos responsáveis que assinam?

4. Informar, na avaliação do órgão maior de controle ambiental, IBAMA, as seqüências dos erros cometidos que culminaram com esse grave desastre ambiental.



5. Qual o sistema de clareamento utilizado na Cataguases Indústrias de Papel de Minas Gerais, quais as substâncias químicas utilizadas e os rejeitos tóxicos de cada etapa? O que fazem com eles, ou seja, qual a sua destinação?

Um lembrete: a FEEMA não está passando os resultados das análises das águas para conhecimento público, mas diariamente envia essas informações através de fax para o Ministério do Meio Ambiente. Que as informações também sejam encaminhadas para conhecimento desta Comissão”.

São essas as perguntas do Deputado Renato Cozzolino. Gostaria que elas fossem gravadas e respondidas.

O Sr. Ilmar Bastos e a Dra. Isaura Maria Ferreira Fraga pedem um minuto para falar.

A SRA. ISAURA MARIA FERREIRA FRAGA – Todos os resultados já estão no *site* da FEEMA. Como muitas pessoas pediram e não temos condição de tirar cópia para todos e mandar pelo Correio, estamos passando para o *site* da FEEMA os resultados confirmados no laboratório do órgão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – O.k.

O SR. ILMAR BASTOS SANTOS – Sr. Presidente, V.Exa. me permite intervir por quatro minutos, talvez por cinco, se for possível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) – Pois não.

O SR. ILMAR BASTOS SANTOS – Sr. Presidente, anotei uma série de questões, de dúvidas, inclusive de informações que considero inverídicas — ou pelo menos há desinformação quanto à questão das ações ou do papel do órgão ambiental do Estado de Minas Gerais .

Estou há dois meses à frente da Fundação Estadual do Meio Ambiente e não tenho meias-palavras para dizer exatamente o que estou fazendo nesse órgão ambiental.

Um Deputado achou um absurdo o que está acontecendo e fez a seguinte pergunta: por que a Polícia Ambiental do Estado de Minas Gerais comunica ao IBAMA e não comunica ao órgão ambiental do Estado?



Respondo que só por isso podemos perceber a total e completa desarticulação em que se encontrava o Sistema de Gestão Ambiental. Houve ruptura de um convênio entre o Instituto Estadual de Florestas e a Polícia Ambiental na gestão passada. Daí a Polícia Ambiental começou a se reportar apenas ao órgão federal. Não dá para imaginar que um órgão do Estado não se reporte a outro órgão do mesmo Estado. Mas era assim que se encontrava o sistema, quando lá chegamos.

Hoje, em termos de sistema, estamos criando uma ação mais integrada, exatamente porque vimos todas essas fragilidades no Sistema de Gestão Ambiental.

A FEAM, por exemplo, tem condições de fiscalizar todos esses empreendimentos? Obviamente, não. Esse foi o primeiro diagnóstico que fizemos, quando lá chegamos. A idéia é, através de uma ação mais integrada, conseguirmos, inclusive com o novo convênio que fizemos com a Polícia Ambiental, ter maior permeabilidade no Estado de Minas Gerais.

Imaginem que, quando ocorreu esse acidente, o primeiro órgão do Estado de Minas Gerais a ser comunicado foi a Polícia Ambiental, porque ela tem a permeabilidade de estar próxima.

Outra deficiência no nosso sistema de gestão é que não dispomos de um sistema para atendimento de emergências, de um plantão de emergências. Ora, é muito complicado gerir um sistema num Estado que tem apenas 61 fiscais na FEAM. A Prefeitura de Paris tem mais fiscais de meio ambiente do que a FEAM, para fiscalizar todo o Estado; e saibam que passam por lá 30 mil processos. Ou continuamos uma política do tipo “me engana que eu gosto”, ou do tipo “eu finjo que fiscalizo e vocês fingem que são fiscalizados”, ou partimos para uma realidade bastante tranqüila, que é tentarmos, através da reorganização do Sistema de Meio Ambiente do Estado, dar a esses órgãos frágeis condições de exercer o seu papel de fiscalização, controle e monitoramento.

Eu queria dizer outra coisa que considero importante: assim que o órgão ambiental foi acionado, apesar de ter havido uma pequena demora entre o tempo da detecção do problema e o acionamento do órgão, em função dessa deficiência — não importa que tenha sido no domingo ou na segunda-feira —, ele imediatamente se manifestou, e as ações emergenciais do órgão foram coordenadas pelo próprio Secretário.



Concordo com o Deputado que disse que o problema é de conscientização, mas vou mais além: não é só em Minas Gerais que isso acontece. Afirmando que Estado nenhum desta Federação tem condição de estar atento a todos os problemas ambientais que ocorrem e de trabalhar de forma preventiva. O que podemos fazer é diminuir essa margem de insegurança, se formos mais eficazes, se formos mais eficientes. Posso assegurar aos senhores que é o que estamos fazendo em Minas Gerais.

Como disse o Deputado Fernando Gabeira, enquanto estamos tentando organizar essa área, os acidentes estão ocorrendo. Quer dizer, estamos tentando estruturar o órgão para atender às demandas, às emergências, mas elas continuam ocorrendo.

Coincidentemente, nesta semana celebramos um novo convênio com a Polícia Ambiental. Isso nos deu uma capilaridade muito grande. Retomamos um programa iniciado na gestão passada e estamos mapeando todas as barragens que possam levar a algum problema, a algum perigo potencial. Hoje já existem 177 barragens cadastradas, mas deve haver muito mais. Esperamos ter essa informação georeferenciada em noventa dias para que possamos priorizar o que deve ser atacado de forma emergencial e evitar que esse tipo de acidente possa ocorrer.

Não me cabe aqui dizer certas coisas, mas vou ser muito franco: a demora do órgão ambiental, em Minas Gerais, em tomar consciência dos fatos é um reflexo muito claro e sintético...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Peço a V.Sa. que conclua, porque temos mais cinco Deputados que irão fazer uso da palavra.

O SR. ILMAR BASTOS SANTOS – Quero deixar claro que estamos tentando melhorar a situação. Utilizando as palavras da Ministra Marina Silva, nós herdamos um passivo ambiental de trinta anos, de três décadas. Não será em dois dias, três meses ou quatro anos que vamos resolver o problema.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO – Sr. Presidente, não é a primeira vez que acabam pondo a culpa em São Pedro — o motivo do apagão foi porque não havia chovido. Está virando moda pôr a culpa em São Pedro.



Nós, do Congresso Nacional, não podemos ficar repetindo filmes. Em relação ao desastre ambiental causado pelo acidente da Plataforma P-36, instalamos uma audiência pública, convidamos todo mundo, fizemos um grande movimento e, de certa forma, tudo foi esquecido. Nesse caso, algumas coisas têm de ser ditas claramente, mas temos de tirar também alguns encaminhamentos bem precisos. Primeiro, não pode haver um jogo de empurra, nem podemos transformar o problema numa pendenga entre Rio de Janeiro e Minas Gerais. É preciso reconhecer claramente alguns fatos que são evidentes. Por exemplo, o IBAMA, de acordo com a legislação atual, só pode atuar na omissão do Estado. Nesse exemplo específico, a omissão do Estado causou esse acidente lamentável. E o IBAMA havia notificado o Estado. O problema é que há um *show* de loucura, ou seja, não há comando, como nos acidentes das plataformas. Nesse caso específico, não houve comando, nem um gesto de civilidade, porque era preciso comunicar o acidente aos outros órgãos. No Brasil, precisamos ter claro o seguinte: fiscaliza-se papel. As empresas fazem o seu licenciamento, mas a fiscalização é no papel. “*Está licenciada? Está. Então, está bom*”. E se resolve a questão. Não dá mais para aceitarmos esse tipo de coisa.

Do ponto de vista da legislação, precisamos atender àquilo que a Federação dos Químicos no Brasil há muito tempo reclama. Devemos criar uma legislação de segurança industrial, pois ocorreu um acidente que prejudicou o meio ambiente e causou a morte de muitos peixes. No entanto, precisamos ter clareza, do ponto de vista da política de segurança industrial, de que isso se repete diariamente com os trabalhadores, que são contaminados em pequenas proporções.

Em relação ao caso específico, as Comissões precisariam trabalhar para a criação de uma legislação de segurança industrial no Brasil. Por outro lado, temos um passivo ambiental que tem um custo elevado e precisa ser reparado. Não pode haver, evidentemente, briga de um Estado com outro, ou dos dois com o Governo Federal. Os entes federados, o Governo e as Prefeituras precisam sentar para discutir como poderemos dar respostas concretas, efetivas e imediatas, a fim de que seja corrigido esse passivo ambiental. Enquanto não tivermos uma legislação de segurança industrial, vamos apenas fazer desse fato o penúltimo de um próximo que está por vir a qualquer momento e a qualquer hora.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Encontra-se presente o Deputado Bernardo Ariston? (*Pausa.*) Ausente.

Deputada Angela Guadagnin. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Reinaldo Betão. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra à Deputada Miriam Reid.

A SRA. DEPUTADA MIRIAM REID – Sr. Presidente, autoridades presentes, colegas Deputados, estava ouvindo atentamente as entidades e as instituições e vendo o esforço delas para resolver a situação. O nosso dever, como Deputados e legisladores, é fiscalizar o funcionamento de cada órgão. Estava também me lembrando da época da ECO-92, quando cem países se reuniram no Rio de Janeiro justamente para chamar a atenção do mundo para o fato de que o planeta estava sofrendo terrivelmente, porque os interesses econômicos prevaleciam sobre a vida e o meio ambiental, e era necessário medidas urgentes a fim de reverter o agravamento desse quadro. Depois, houve a Rio + 10, mas a situação permanece a mesma.

Hoje, estamos acompanhando essa nova forma de defesa ambiental por intermédio dos Comitês de Bacia. Já existem algumas agências, como bem disse o Presidente da ANA, com um projeto bem objetivo de monitoramento em tempo real de treze pontos, no caso de Paraíba do Sul, mas ele ainda não foi viabilizado. Gostaria de saber se não seria o momento de articularmos esses recursos junto às agências, em parceria com os órgãos do Executivo Federal e Estadual. Quem sabe a FEEMA, a SERLA e as agências agilizariam isso? Se é a forma de resolvermos o problema, temos de correr contra o tempo, porque não há mais o que esperar.

Outra questão que quero levantar é que foi aplicada uma multa de 50 milhões. Gostaria de saber quem vai cobrar essa multa e como ela vai ser revertida. Será que vai ser paga? Sabemos também da infinidade de multas que existem. Os recursos acabam chegando a um tempo, o prazo se esgota e as multas não são pagas. Não obstante, aquela população, que vive numa região considerada das mais pobres do Brasil, está sofrendo terrivelmente com essa crise gravíssima. Fico imaginando o drama vivido por esses trabalhadores.

Portanto, discordo dos Deputados, quando afirmam que esse sofrimento tem de ser aceito pela população. Nós, como representantes da população do Estado do Rio de Janeiro — eu, especialmente —, não podemos admitir que o pescador seja



humilhado mais uma vez, pois na sua profissão e na região em que vive não tem apoio nenhum do Governo.

Sr. Presidente, proponho que, nessa medida provisória, não sejam somente contempladas verbas para os pescadores, mas que haja um termo aditivo no sentido de anistiar todos os pescadores daquela região que estão sendo presos por ordem judicial, devido ao não-pagamento de multas. São multas impagáveis aplicadas pela Capitania dos Portos daquela região, cujos processos correram à revelia, sem defesa. Infelizmente, volto a repetir, esses pescadores estão sendo levados para a cadeia, porque não têm condições de efetuar o pagamento.

Solicito aos integrantes desta Comissão que criemos, juntamente com essa medida provisória, um mecanismo legal no intuito de salvar a pesca em nossa região. Esses pescadores estão vendendo seus barcos, deixando de pescar, e isso gera mais problemas sociais.

Quero deixar claro que nós, como legisladores, também aprendemos numa situação como essa. Está bem claro que a Lei de Falências não está contemplando a questão do passivo ambiental. É uma medida urgente a ser tomada. Proponho que esta Comissão estude a matéria e dê um parecer técnico que viabilize a sua rápida aprovação. Trata-se de questão que envolve o Legislativo e principalmente o Executivo. E agora, com esse problema da prisão, o Judiciário também está envolvido. Mas, acima de tudo, há a necessidade de que cada um cumpra o seu dever. Assim, poderemos viver em paz neste País — há um verdadeiro caos em todas as áreas. Não podemos sacrificar ninguém, porque todos já estão no seu limite de sobrevivência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Sugiro à Deputada Miriam Reid que encaminhe ofício à Mesa da Câmara dos Deputados solicitando a inclusão de seu nome na composição da Comissão Externa. Um vez que S.Exa. é da região atingida, é mais do que justa a sua participação.

Deputado Celso Russomanno. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Eduardo Paz. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali, última Deputada inscrita.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI – Sr. Presidente, não pude permanecer na Comissão o tempo todo e peço desculpas por isso. Houve alguns



problemas graves aqui hoje e tive de conduzi-los. E fui convocada agora pelo Líder do Governo para comparecer ao plenário.

A minha impressão — tenho essa preocupação, não exatamente de acordo com a do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, mas que tem a ver com questões por ele abordadas — é que, se ficarmos numa eterna discussão técnica, ela não terá fim. Então, na medida em que há formulações e argumentos de todos os lados, temos de arbitrar alguma coisa, temos de chegar a algum termo.

A observação técnica que me satisfez, em relação aos dados que pude acompanhar, foi a da Dra. Isaura, da FEEMA, pela compreensão do ocorrido, do ponto de vista técnico. Mas esta Comissão, como tem papel político, precisa realmente definir caminhos de ações, de cobranças, em relação aos executivos.

Abordei o problema técnico porque penso que ele tem relação direta com a saúde, com o uso humano daquela água. Por isso, Deputado Mendes Thame, minha preocupação não era com a quantidade de peixes que ainda iriam morrer, mas com a previsão da toxidade da água para uso humano. Já que o desastre na fauna ocorreu, qual a repercussão para o uso humano, por quanto tempo e que riscos corremos?

Parece que os responsáveis já foram identificados. Então, precisamos agir. Essa responsabilidade tem de ter, por um lado, caráter penal — tanto que o juiz mandou prender; se não tivesse, não existiria essa conclusão — e por outro, caráter financeiro. O resultado dessa punição tem de ser alocação de recursos para que se garanta ao agricultor, ao pescador, ao pecuarista manutenção do abastecimento de água — enquanto o abastecimento real não existir —, técnicas de apuração e de despoluição. Tudo isso tem um custo, e não é possível que só o Poder Público nacional e o do Rio de Janeiro arquem com as despesas. É preciso que exista punição. Não sei qual a responsabilidade do Governo de Minas Gerais. Não é só dessa gestão o problema. Não adianta culpar o Governador atual, porque o problema já existia antes. Então, temos de reagir com punições.

Mas o aspecto que mais me preocupa é o preventivo. Como será daqui para a frente? Ouvi vários depoimentos, mas penso que esta Comissão, depois da audiência pública, precisa definir alguns caminhos. Há avanços legislativos a fazer? Já há sugestão em relação à Lei de Falências, que está quase entrando na pauta. Precisamos ver isso. Há também outros caminhos a serem percorridos, relacionados



à legislação. Porém, o mais grave, o que mais me chama a atenção não diz respeito nem à legislação, nem à punição; trata-se da fiscalização. O papel do Estado está sendo cumprido devidamente no processo de fiscalização? Parece-me que o problema está mais ligado a essa questão.

Não sei qual é a estrutura da Agência Nacional de Águas, mas penso que ela não é a única responsável pelo problema de fiscalização e regulação. Parece-me que o principal problema, que também não é recente, está na omissão — não por má-fé ou por vontade. O fato concreto é que há omissão do Estado, *lato sensu* — pode ser o Governo Federal.

Temos ciência de que existem centenas de empresas e que a poluição industrial é uma das mais graves no País. O que me preocupa é saber quais são os instrumentos de fiscalização, se são ou não suficientes. Caso sejam suficientes, por que não são cumpridos? Se não são suficientes, onde precisamos avançar? Senão vamos ficar numa discussão sem fim.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI – Não, a questão do Orçamento já foi tratada aqui. Quando digo instrumentos, refiro-me à infra-estrutura, porque pode não haver carro para chegar ao local, pode não haver fiscais para o serviço. Quando questiono se os instrumentos são suficientes, penso inclusive em qual é a sustentação financeira da fiscalização.

Essa omissão precisa ser compreendida e atacada por nós. Se falta dinheiro e há política e lei suficientes, temos de analisar a questão por esse aspecto. Se não é esse o problema, se existe um instrumento que não se usa — ou porque há conivência, ou porque há cumplicidade, ou porque a empresa tal financiou alguém, ou porque alguém é amigo de tal autoridade —, precisamos ver qual é a razão. Sabemos dos apadrinhamentos e das cumplicidades, que vão deixando frouxo aquilo que é um direito da sociedade e que, por outros interesses, acaba se diluindo, e as ações não acontecem.

Quero parabenizar a Defesa Civil pela ação pronta, ampla, solidária e sensível, mesmo sabendo que é esse o seu papel, porque há muitos papéis que não são cumpridos.

Penso que o nosso papel aqui é zelar para que haja punição. Não sei quando vai aparecer o dinheiro dessa punição. Pode demorar meses, porque vai para a



Justiça e volta. Nesse momento, os Governos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro têm de cumprir o seu papel. Tem de haver o dinheiro, o fundo, porque senão o agricultor e o pescador vão morrer de fome. Nem sei se a decisão do Ministério do Meio Ambiente de pagar um salário mínimo foi cumprida. Não sei se o valor é suficiente, mas a decisão é importante.

A bancada do Rio de Janeiro, por meio de sua coordenação, enviou um documento ao Ministro Ciro Gomes, à Ministra Marina Silva, aos Governos, aos oito Prefeitos, ao Gabinete Civil da Presidência da República, elencando algumas propostas e questões. Conversei com o Vice-Governador Luiz Paulo Conde, que é Secretário do Meio Ambiente, criamos a Comissão Externa, mas penso que precisamos, primeiro, ver de onde vem o dinheiro, para resolver a questão. Mesmo que não venha imediatamente do responsável, vai ter de ser cobrado até para repor ao Poder Público.

Para mim, o mais grave é a omissão. Penso que é nesse campo que temos de trabalhar, se há instrumento de fiscalização e estrutura para isso; se não houver, poderemos criá-los. Esse é o nosso papel.

Precisamos fazer esse debate central, para que saíamos dessa impotência tão bem registrada pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que, penso, todos sentem. Precisamos conhecer a infra-estrutura da ANA.

Liguei para o Presidente Jerson Kelman, que disse: *“Não estou conseguindo mandar um relatório para V.Exa., porque estou com impossibilidades de estrutura”*. Foi no momento em que estava no *front* em Cataguases, na confusão. Aliás, quando liguei para ele, estava reunido com a empresa, cumprindo o seu papel.

Portanto, precisamos discutir a questão. Para mim, o problema está na omissão. Temos de arbitrar, senão vamos fazer uma discussão sem fim, vamos nos reunir no próximo acidente, que não deve demorar muito e vai trazer novas repercussões, e ficaremos sem saída. Não se trata de briga regional. Penso que somos mais fortes para solucionar questões que estão, em parte, nas nossas mãos — uma outra parte está nas mãos do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Estou de pleno acordo com a Deputada Jandira Feghali. Por isso, pedi ao Presidente da Câmara de Vereadores daquela localidade que, junto com o Executivo, nos encaminhasse a documentação, o alvará de licença etc.



Penso que há mais de uma empresa estabelecida no local e até muitos laranjas, haja vista documento que recebemos de um advogado, com procuração.

Concedo a palavra ao último orador, Dr. Galba Rodrigues Ferraz, Presidente do CODEMA. Depois, passaremos às considerações finais.

O SR. GALBA RODRIGUES FERRAZ – Sr. Presidente, V.Exa. disse que aquela empresa tem muitos donos, e eu quero dizer que ela tem dezenas de donos.

Gostaria de destacar as palavras de todos os Deputados, especialmente de Antonio Carlos Mendes Thame, Jandira Feghali, Ronaldo Vasconcellos e do Presidente da Câmara Municipal de Cataguases.

Serei breve, porque, como diz o sábio, o homem tem de ser mais do que parece e falar menos do que conhece. Eu sei pouco e, diante de tantas exposições brilhantes, falarei menos ainda.

Sou Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Cataguases. Fui eleito, semana passada, Secretário-Executivo do Consórcio Intermunicipal de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Pomba e tenho mais do que a obrigação de estar presente nesta Comissão.

Farei apenas duas retificações.

No sábado pela manhã, eu fui pessoalmente comunicar o fato ao Prefeito de Santo Antônio de Pádua, Dr. Padilha, e ao ex-chefe de gabinete da Prefeitura, Dr. Edmundo, que é de minha cidade. Para a água sair de Cataguases e chegar em Pádua, leva bastante tempo e dá para tomar muitas providências.

Não estamos aqui para culpar ninguém, mas para procurar solucionar os problemas. A verdade é que, lamentavelmente, o Estado de Minas Gerais ficou, durante quatro anos, sem cuidar da questão do meio ambiente. Infelizmente, a maior parte do dinheiro foi gasta na construção de um aeroporto, e não sei se ele será mais um elefante branco do Estado. A verdade precisa ser dita aqui.

Eu não sou ambientalista de ocasião, sou ambientalista de verdade. Fui relator da Constituição Municipal de Cataguases, cidade que tem a melhor legislação ambiental da Zona da Mata e a primeira a ter o Código de Defesa do Meio Ambiente — a segunda foi Juiz de Fora. Vou passar os documentos para os senhores.

Sr. Presidente, quero apenas relatar rapidamente o episódio, para não tomar o tempo de V.Exas.



Esse desastre ecológico no Município de Cataguases serve para dar asas ao nosso raciocínio central sobre direitos e deveres. As pessoas de muitas empresas não fogem disso. De modo geral, gostam muito de reivindicar os seus direitos, mas, quando chega a hora de ceder espaço a outros, desconhecem os seus deveres.

O que acontece em nossa cidade? O Córrego Cágado, Distrito de Aracati de Minas, passa por lá. Uma empresa produtora de papel esperava há anos que Minas se interessasse em saber a real situação. Essa empresa precisa funcionar? É claro que sim. Mas ela está diante da FEAM e do IBAMA.

Sr. Presidente, tenho em mãos uma reportagem do jornal *O Estado de Minas* de hoje, que diz claramente: “*Sistema integral de Defesa Ambiental do Estado aos pedaços*”. Essa é a verdade. Os cacos do Sistema de Defesa Ambiental de Minas têm de ser juntados — ou seja, o Conselho Estadual de Política Ambiental, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o Instituto Estadual de Florestas, a Fundação Estadual do Meio Ambiente, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), a Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente e o IBAMA.

Há outra nota com o seguinte teor:

“O Governo Estadual negou que a Fundação Estadual do Meio Ambiente tivesse sido informada com antecedência dos problemas com as duas barragens da indústria, mas afirma que o IBAMA sabia do risco desde novembro do ano passado.

A afirmação está no documento ‘Cronologia oficial do acidente ambiental de Cataguases e resumo das medidas adotadas por órgãos ambientais e empresas públicas de Minas Gerais’ ”.

Portanto, não é preciso dizer mais nada. Até mesmo a minha cidade sofreu com os quatro anos de ausência de tomada de medidas concretas com referência ao problema do meio ambiente. Por causa disso, vivemos essa situação.

Queremos conclamar aos Srs. Deputados para que ajam, após tantos discursos. Depois do que foi dito pelos técnicos, não é preciso que falemos mais nada, nem que externemos nossa opinião. A solução precisa ser clara. Sou professor de Matemática e por isso tenho o hábito de ver o problema de maneira clara.



Como diz Shakespeare, ser ou não ser, eis a questão — de acordo com a tradução literal de nosso povo, é ou não é. Discursos não resolvem os problemas. A solução vem quando ouvimos os técnicos. E neste instante defendo as autoridades de Cataguases.

Conversei com a Sra. Rosinha Matheus durante muito tempo. Conheço-a há vários anos. S.Exa. é uma Governadora muito educada, preparada, ponderada e competente no trato e na convivência. A afirmação de que as autoridades e os Deputados do Rio de Janeiro invadiram a cidade de Cataguases, localizada no Estado de Minas Gerais, não corresponde à verdade. Não foi isso o que aconteceu. As autoridades do Rio de Janeiro avisaram à Prefeita antecipadamente. É claro que naquele momento o ímpeto foi muito grande e vários Deputados se manifestaram com veemência. É lógico que, diante de um desastre de tal natureza, as pessoas precisam entender que podem ocorrer incompreensões momentâneas e ataques impulsivos.

De qualquer forma, passarei às mãos do Sr. Presidente todos os relatórios que foram feitos pela Secretaria Executiva de Meio Ambiente de Cataguases e pela Secretaria Executiva da Bacia do Rio Pomba, que é formada por cerca de 39 Municípios mineiros e mais cinco Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Também é preciso retificar outro detalhe quanto aos PHs. Muitas pessoas dizem que o PH em Cataguases é de 9,3 ou de 9,4, e que, perto de Pádua, alcança outro nível. Pergunto: onde foram despejados os resíduos dos Rios Muriaé, Carangola, Pardo e Leopoldina? Todos eles são afluentes do Rio Pomba. Além disso, outros afluentes perto da cidade de Pádua são localizados próximos a fábricas de papel. Inclusive, em Pirapetinga há uma fábrica de papel.

Como os senhores sabem, a Bacia do Rio Pomba está altamente poluída. Esta semana acionei a COPASA, uma empresa poluidora, mas que fornece a melhor água tratada de Cataguases, com 100% de potabilidade. Há trinta anos os rejeitos do tratamento são jogados no próprio Rio Pomba a jusante. O que é isso? Poluição.

Precisamos ser claros com o povo. Estamos em Cataguases para ajudar a despoluir a Bacia do Rio Pomba. A COPASA celebrará um novo convênio. Os Vereadores de Cataguases estão presentes e sabem que temos de exigir que o tratamento daquele rio seja feito. A cidade de Cataguases é a que mais polui o Rio



Pomba, porque todos os seus córregos, mananciais e rios são verdadeiros esgotos a céu aberto. Esse é o retrato exato da poluição em Cataguases.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a oportunidade. Estou à disposição da Comissão para responder qualquer outra pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Obrigado.

Acabo de receber a informação de que estamos sendo convocados ao plenário. Assim, devido à exigüidade do tempo, concederei três minutos a cada um dos convidados, a fim de que possam responder às perguntas formuladas pelos Deputados. Solicito a S.Sas. que não excedam o prazo, em função da convocação mencionada.

Tem a palavra o Dr. Cláudio Langoni, representante do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. CLÁUDIO LANGONI – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero reiterar, em nome da Ministra, que estamos à disposição dos Deputados para encaminhar as questões que surgirem neste encontro, pois há algumas urgentes, que requerem tomada de decisão e encaminhamento conjunto.

Em segundo lugar, gostaria de destacar que, no nosso entendimento, não existe solução fácil para problemas difíceis. Portanto, se queremos de fato nos debruçar no encaminhamento de questões relativas a esse acidente...

Há um registro injusto quanto à atuação do Governo Federal — articulado e coordenado pela Ministra Marina Silva —, que desde o primeiro momento foi ativado, independentemente da discussão de competência. Nós fizemos questão de zerar o problema da multa, porque, de todos os atores, a Polícia Militar do Rio, que aplicou a multa em Minas Gerais, era o único que não podia fazê-lo. A multa podia ser aplicada pelos Governos Estaduais do Rio de Janeiro ou de Minas Gerais, ou pelo IBAMA. Mas o único que a aplicou, e já no valor de 50 milhões de reais, foi um órgão que não podia fazê-lo.

Zeramos a situação, fizemos um acordo para discutir o assunto na seqüência, mas temos um problema objetivo, que vai para a Justiça, porque o ativo da empresa é dez vezes menor do que o valor da multa. Portanto, não temos esperança, como ocorreu com a PETROBRAS, de que a questão seja solucionada rapidamente e o dinheiro da multa sirva para superar os problemas objetivos apresentados.



Temos um sistema de meio ambiente no Brasil que reparte competências — legislação votada aqui. Setenta por cento das competências de licenciamento ambiental de atividades industriais do País são dos Estados. Portanto, não corresponde a informação de que só o IBAMA poderia multar. Nós temos de apurar os fatos, e estamos dispostos a fazê-lo. Não viemos aqui defender o passivo que recebemos. Fazemos parte de um Governo que veio para mudar e estamos avaliando criticamente a atuação do IBAMA. O que não dava para fazer nesse caso era o que foi feito, por exemplo, no acidente da Baía da Guanabara: quando o Município, o Estado e a União ficaram discutindo de quem era a responsabilidade, brigando por causa da multa, o acidente continuava acontecendo. Precisamos ter um pouco mais de responsabilidade.

Pensamos também, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que a legislação pode até ser aperfeiçoada, mas a disponível é a existente. Não existe a possibilidade de que depósitos desse tipo continuem sendo autorizados nesses moldes. As empresas licenciadas têm de cumprir o dispositivo de tratamento adequado de resíduos e os padrões de legislação existentes, fixados na legislação federal e na estadual. Essa situação é irregular. Não é possível, de acordo com a legislação, autorizar depósitos desse tipo. No entanto, temos um passivo real de áreas contaminadas abandonadas neste País, destacadamente em Estados como São Paulo, onde há grande concentração industrial.

Se fosse fácil resolver essas questões e responsabilizar as empresas, os problemas já estariam resolvidos. Portanto, precisamos fazer um esforço conjunto, União, Estados e Municípios, para mapear essas áreas e promover ações nos âmbitos administrativo, criminal e judicial para enfrentar, a partir de um critério de prioridade, aqueles locais que oferecem maiores riscos.

Concluindo, sobre o problema objetivo apresentado nesta reunião quanto aos pescadores e às indenizações em geral, não estamos preocupados com quem vai cobrar a multa; isso é secundário para o Governo Federal. Nós vamos, a partir de um consenso mínimo sobre o mecanismo jurídico mais eficaz para que a multa seja paga, definir a questão, embora essa não seja a solução imediata para as pessoas que foram prejudicadas. Nós acreditamos que a saída para a compensação das comunidades atingidas tem de passar por um sistema articulado de compartilhamento de responsabilidades entre a União e os Estados. Não que a



União tenha de pagar alguma coisa por omissão, mas porque a obrigação existe e, no sistema de responsabilidades atuais do sistema nacional de meio ambiente, o não-exercício da competência atribuída pela legislação implica omissão e culpabilidade junto ao empreendedor. Nunca devemos perder de vista que a responsabilidade central é do empreendedor e não dos Governos, que têm responsabilidade compartilhada em caso de omissão. A nossa tendência é pôr a culpa nos Governos, por estarem mais expostos, e não no verdadeiro responsável.

Estamos trabalhando em várias áreas, sobretudo na pesca, para tentar buscar mecanismos legais e liberar recursos o mais rápido possível. A Secretaria da Pesca, representada nesta reunião, está trabalhando junto ao Ministério do Trabalho para encontrar mecanismos legais que auxiliem os pescadores.

Para outras áreas, como para a Defesa Civil — o companheiro da SERLA fez referência a ela —, observamos situações em que há saldos dos recursos em medidas provisórias. Assim, se necessário, o Governo poderá emitir uma nova medida provisória, como ocorreu no caso dos agricultores que não fizeram queimadas — o Governo prometeu a eles que iria liberar recursos.

Estamos à disposição das bancadas, sobretudo as dos Estados atingidos, e da Comissão para dar as informações necessárias. Também desejamos recolher sugestões de V.Exas. para dar encaminhamento rápido aos problemas emergenciais das comunidades atingidas pelo acidente.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Sandro Matos.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS – Sr. Cláudio, gostaria de saber se há uma data específica para os pescadores e todas as pessoas daquela região receberem os recursos. Pelo que entendi, quando V.Exa. se referiu à queimada de Roraima, há a predisposição de liberação dos recursos e eles não os receberam. Vai demorar muito para todo o pessoal do norte e do noroeste do Estado receber esses recursos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Deputado Sandro Matos, o Deputado Fernando Gabeira está marcando uma audiência com a Ministra e com o Ministro da Integração Nacional para resolver a situação. Como disse anteriormente,



o Estado do Rio de Janeiro já está cansado disso. É brincadeira pensar que vamos receber essa multa. Há diversas empresas ali dentro. Não sei qual é a atual, a primeira ou a última.

O SR. CLÁUDIO LANGONI – Meu posicionamento não seria em relação às multas, mas à PM.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Na verdade, temos de procurar os meios. Peço a V.Exa. que sugira à Ministra a liberação do AT para os pescadores, os agricultores, enfim, para aqueles que realmente produziam e pararam de trabalhar, a fim de que o Fundo atenda às reivindicações desses trabalhadores.

Concedo a palavra ao Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, Dr. Jerson Kelman.

O SR. JERSON KELMAN – Vou ser bastante objetivo, começando pelas manifestações da Deputada Jandira Feghali e do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Quanto às áreas de legislação que necessitam de aprimoramento, gostaria de destacar a dos resíduos sólidos, a do saneamento, e de fazer referência à Lei de Falências, citada pela companheira Isaura, e ao Projeto de Lei nº 1.616, citado pelo Deputado Fernando Gabeira, que aperfeiçoa o Sistema de Recursos Hídricos. Quanto a este último, destaco o que foi o mote da discussão. Um pouco da animosidade esteve vinculada à imagem dos vizinhos de cima e de baixo. Essa imagem traduz bem o fato de que a unidade de gestão das águas dos rios é a bacia hidrográfica. Isso está muito claro na Lei nº 9.433. Entretanto, no que diz respeito ao funcionamento desses instrumentos, a nossa Constituição é um pouco complexa e não designa órgão ou autoridade por bacia hidrográfica, mas por rio. O derrame ocorreu no Ribeirão Cágado, que tem três quilômetros de comprimento e é de domínio do Estado de Minas Gerais, de acordo com a Constituição. Ele desemboca no Rio Pomba, de domínio da União. Isso exemplifica bem a situação, porque aquele ribeirão de três quilômetros, de domínio de Minas Gerais, flui e está afetando mineiros e fluminenses.

É complicada a tarefa de montar um sistema de gerenciamento de recursos hídricos com tantos interlocutores tão complexos, do ponto de vista oficial, e devido à dupla dominialidade dos Estados. Por exemplo, no caso do Paraíba do Sul há



quatro entes que têm domínio sobre os rios: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e União. Para minha surpresa, estamos saindo melhor do que esperávamos. Eu pensava, num primeiro momento, que haveria guerra pelo domínio dos rios. Felizmente isso não ocorreu. Já estava em andamento um convênio para implementar a gestão de recursos hídricos de forma homogênea na bacia. A questão é muito complexa, é um assunto da área legislativa.

Quanto ao questionamento do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, sobre a diluição de responsabilidade e o papel da agência, digo que a agência não é reguladora do serviço público, mas sim de uso do bem público. No caso específico, estamos tentando acertar. Repito: há mais de 4 mil empresas cadastradas. Elas não foram cadastradas no sistema antigo de comando e controle, quando havia um exército de fiscais na rua. Isso só leva à corrupção. Só conseguiremos controlar a situação, como o Deputado muito bem explicou, com nova metodologia de controle social, com transparência e de tal forma que o Comitê de Bacias e outros instrumentos de controle social sejam atuantes. Ou seja, a ANA não tem escritórios regionais, nem multidão de fiscais; ao contrário, esse controle será feito pela permeabilidade do Comitê de Bacias.

Como fizemos? Solicitamos às empresas que declarassem a forma como usam os rios. É claro que há as empresas do bem, que fizeram declarações idôneas. Mas há as empresas do mal, que fizeram declarações falsas, e ainda as empresas do supermal, que nem sequer fizeram declarações, como a desse caso citado. Como faremos? Assim como se faz com o Imposto de Renda, em que há pessoas que declaram corretamente e aquelas que não o fazem. Aplicaremos a malha fina para fazer o controle social. Estávamos otimistas até ocorrer o acidente.

Deputada Miriam Reid, temos plano emergencial para a bacia. Não foi feito agora, já estava pronto. Ele prevê a definição de uma rede de alerta de monitoramento. Há na bacia 27 postos de medição de qualidade de água — de quantidade, há muito mais. Segundo a FEEMA são vinte postos, e a medição é feita por órgãos de São Paulo, do Rio de Janeiro etc. A União, até o momento, fazia medição da quantidade de água, pois não possuía posto para medição da qualidade. Mais de 21 postos fazem medição em tempo real, e não adianta fazê-la após três dias da ocorrência de um problema. É preciso sinal de alerta, sinal vermelho.



Além da definição da rede, outro item necessário — que não foi previsto quando desse acidente — é um modelo matemático para fazer a projeção da diluição da mancha poluidora. O Deputado Fernando Gabeira reclamou, disse que não acertamos, que não vimos a tabela da maré, a fim de conciliar a abertura de vazões com a maré. Aproveito a oportunidade para dizer que fizemos isso, sim. O tempo de trânsito, rudemente estimado, porque não tínhamos o modelo, é de cerca de cinco a seis dias; e acertamos quando liberamos, para que chegasse na vazante exatamente na terça-feira, ontem. Não adianta haver sinal vermelho, se não houver um plano de emergência.

Passo agora para as respostas. O Deputado Paulo Feijó perguntou se o vazamento, lá na origem, nas Barragens I e II, ainda persiste. Respondo que não, o que não quer dizer, Deputado, que não haja material infiltrando no lençol — e essa foi a pergunta do Deputado César Medeiros. Não temos a informação de que os poços estejam ou não ameaçados. O lençol freático do Ribeirão Cágado foi completamente contaminado, é claro, mas o vazamento não continua. Só que as lagoas que ficam junto ao Córrego Cágado ainda estão cheias. O Ribeirão Cágado tinha, fazendo uma suposição, 20 metros de largura e ficou com 100 metros, porque houve a ruptura da barragem. Nesse vale de 100 metros de largura há uma série de lagoas com material contaminado. O Governo de Minas Gerais, emergencialmente, está criando septos para impedir que a mancha siga.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos perguntou sobre a qualidade da água do Rio Paraíba do Sul, hoje. Como disse a S.Exa., não temos medição da qualidade da água em tempo real. Tive acesso ao relatório da FEEMA. A ANA e a FEEMA consideram que a água está em condições de ser tratada.

Vejo com muita apreensão ações — bem intencionadas, certamente — para protelar o que tem de ser feito, a fim de retomar o abastecimento de água para as populações afetadas. O que deve ser feito é o seguinte: primeiro, a FEEMA tem de verificar se a água está em condições de tratabilidade. Ela já disse que sim, e a ANA concorda. Segundo, depois de tratada a água, a Secretaria de Saúde tem de verificar se está em condições de potabilidade — está em andamento, ainda não foi resolvido. Tão logo tenhamos respostas positivas, temos de agir, porque não faz sentido — e é um apelo que se deve fazer — prolongar o sofrimento das populações. Elas já estão sofrendo demais. Não estou dizendo com isso que a fauna



não tenha sido afetada e que não haja outros problemas. São coisas diferentes. A água estaria na classe III, segundo o CONAMA, e não na classe II — ou seja, poderia ser utilizada para o abastecimento das populações, depois de passar pelos dois testes que mencionei. Efeitos na fauna e na flora ainda precisam ser pesquisados, porque há, possivelmente, contaminação dos sedimentos, o que é outra coisa.

Infelizmente, sinto que já avancei no tempo. Terei de deixar algumas perguntas sem resposta.

(Não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Vou deixar a intervenção de V.Exa. e a do autor do requerimento para o final.

Com a palavra o representante do IBAMA, Nilvo Alves da Silva. Peço que seja o mais breve possível.

O SR. NILVO ALVES DA SILVA – Vou procurar ser conciso e responder rapidamente o enorme conjunto de perguntas e questionamentos que foram apresentados ao IBAMA. Evidentemente, ainda vamos conversar muito sobre esse acidente e o trabalho de prevenção que estamos implementando.

Algumas coisas precisam ser destacadas. Parece que ficou clara — apesar de os representantes dos órgãos ambientais terem usado termos diferentes — a toxicidade do produto que vazou em Cataguases. É uma toxicidade aguda, mas tudo indica que não há contaminação por elementos que permanecem contaminando o ambiente, o que amplia enormemente a chance de recuperação dos rios afetados.

No que respeita à responsabilidade do IBAMA e ao fato de ele conhecer ou não a situação em Minas Gerais, temos uma questão freqüentemente abordada e sobre a qual tem havido muita confusão. A existência das barragens é de conhecimento de todos. A empresa era licenciada pelo órgão ambiental de Minas Gerais e as causas já foram declaradas aqui hoje pelo Governo do Estado. Trata-se de obras de engenharia de conhecimento público, autorizadas ao longo do tempo. Mesmo que verifiquemos que foram alternativas inadequadas, do ponto de vista técnico, pelo menos serviram como solução provisória por algum tempo. Certamente não serviram como solução permanente, como vimos.

Não somente o IBAMA, mas todos os órgãos envolvidos na questão tinham conhecimento da existência, por mais de uma década, dessas barragens no Estado



de Minas Gerais. Não era uma situação clandestina; eram obras de engenharia autorizadas pelas autoridades responsáveis do Estado. O IBAMA, nesse caso, atuou supletivamente, como disse o Deputado Luiz Sérgio, no sentido de apoiar os esforços e a articulação dos dois Estados.

Nesse ponto, concordo com Jerson Kelman. Nós dois estávamos em Cataguases, buscando apoiar o trabalho dos Estados, acompanhados de nossas equipes técnicas. Fizemos um esforço enorme. Tivemos dificuldades iniciais, mas, sem dúvida alguma, os Estados passaram a trabalhar juntos — Estados e União —, por intermédio dos órgãos do Ministério do Meio Ambiente. Hoje temos capacidade de dar resposta mais rápida à situação, mesmo que, inicialmente, tenhamos tido dificuldades de estabelecer relações com todas as instituições, porque há envolvimento de grande número delas no caso.

Por fim, sem dúvida é central a questão mencionada pelos Deputados sobre a divisão de responsabilidades entre os entes da Federação no que toca ao meio ambiente. Temos como importante tarefa a regulamentação do art. 23 da Constituição Federal, que disciplina a repartição de competências entre os órgãos da Federação. Nosso receio diz respeito exatamente ao que disse um dos Deputados: diluição de responsabilidades, em vez de proporcionar maior clareza ao que acontece.

O IBAMA quer ser cobrado de suas responsabilidades. O órgão tem todo o interesse de investigar as falhas que houve no tratamento, causadas pelos órgãos estaduais e pelo próprio IBAMA. E vamos fazê-lo com intensidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Com a palavra o Sr. Carlos Alberto de Carvalho, Secretário de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS ALBERTO DE CARVALHO – Sr. Presidente, em primeiro lugar, digo ao Sr. Jerson Kelman que não haverá retardamento na liberação de água para consumo. Entretanto, a responsabilidade de tal decisão é muito grande.

Desde o início foi estabelecido um colegiado entre as Secretarias de Defesa Civil, Meio Ambiente e Agricultura, liderado pelo nosso Vice-Governador Luiz Paulo Conde. Temos de ter muita precaução para tomar essa decisão, visto que diversos especialistas vão questioná-la. Estejam certos de que, no momento em que tivermos absoluta certeza de que a água tratada está em condição de potabilidade, de consumo, ela será liberada.



Em segundo lugar, gostaria de agradecer as referências elogiosas à Secretaria de Defesa Civil manifestadas pelas Sras. Deputadas Jandira Feghali e Laura Carneiro.

Em terceiro lugar, peço aos representantes do Governo Federal e aos Srs. Deputados que acompanharão o caso que não se esqueçam de contemplar o sistema de defesa civil nessas questões. Entendemos que disso resultará grande planejamento integrado de gestão ambiental. Gostaríamos de ser lembrados nas discussões e contemplados com recursos financeiros. Se pararmos para observar, veremos que o órgão público do Estado do Rio de Janeiro que mais empregou funcionários e adquiriu equipamentos foi a Defesa Civil. E isso tem um custo muito alto.

Por fim, registro que foi um prazer participar desta audiência pública. Estou à disposição de todos para ajudar no que for necessário. Entreguei ao Presidente da Comissão cópia do nosso relatório, e também o encaminhamento ao Sr. Deputado Sandro Matos. Ressalto que ele também foi enviado à Ministra do Meio Ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Antes de passar a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, gostaria de fazer um pedido a S.Sa. Solicito que, por intermédio dos Deputados presentes, principalmente os autores do requerimento, Deputados César Medeiros e Luciano Zica, encaminhe a esta Comissão, o mais rápido possível — já que recebemos expediente de pessoas que estão sendo representadas por empresas que prestam serviços dentro do órgão e afirmam que há ali mais de uma empresa —, os alvarás expedidos naquela localidade, bem como os contratos sociais e as alterações contratuais, para que façam parte do relatório.

O SR. VICENTE PAULO DIAS – Sr. Presidente, tomaremos as providências necessárias e faremos a remessa com a maior rapidez possível.

Consta que o Sr. Péricles, que foi preso, está na Cataguases Indústrias de Papel de Minas Gerais somente há quatro meses. O Sr. João do Bem estava lá há mais tempo.

Respondendo à pergunta do Deputado Ronaldo Vasconcellos, quero dizer que o povo de Cataguases está plenamente de acordo com a nossa posição e até pede ajuda aos Deputados do Rio de Janeiro para que a fábrica não seja fechada de



maneira alguma. Ela não tem condições de pagar 50 milhões. A fábrica não poluiu o rio, porque não fabrica soda. Foi a empresa Matarazzo que jogou as duas “bombas atômicas” no local. Ela tem culpa, porque assumiu o passivo oneroso e, com isso, a área florestal. Mas a fábrica não pode parar. Esse é o nosso apelo, Deputado.

O SR. DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS – Obrigado.

O SR. VICENTE PAULO DIAS – Há mais de doze anos a indústria de papéis assumiu a Matarazzo. Queremos contar inclusive com a colaboração de V.Exa. e dos Deputados Leonardo Monteiro e César Medeiros para nos ajudarem a trabalhar pela permanência da fábrica em Cataguases. São seiscentos empregos. Tomei conhecimento agora de que temos também na cidade cinco pescadores passando dificuldades. Peço que nos ajudem a resolver a situação.

Em nome de todos os Vereadores presentes, agradeço a V.Exas. a oportunidade de estar aqui.

Peço mais uma vez desculpas ao povo do Rio de Janeiro pelo acidente ocorrido em Cataguases, terra de gente boa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO – Antes de fazer meu encaminhamento, quero falar sobre a confusão jurídica que de fato existe.

Essa empresa esteve fechada até 1995, porque o Grupo Matarazzo quebrou. Foi reaberta por meio de um processo de adjudicação. Funcionários, como se fossem uma cooperativa, articularam para receber seus passivos trabalhistas e reativar a empresa, que passou a trabalhar também com papel reciclado. Alguns já venderam a sua parte, mas até hoje há uma série de trabalhadores com cotas na empresa. A empresa Matarazzo foi comprada por empresários de São Paulo, e um deles está preso.

Vou agora fazer uma proposta de encaminhamento. Na minha fala inicial, disse que via um grave problema relacionado ao passivo ambiental: a situação da outra lagoa. Aproveitando a presença de representantes dos órgãos ambientais federais e dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, vejo que há necessidade de fazer essa articulação com a direção da empresa para tratamento emergencial daquela lagoa, que deve ser esvaziada, sem prejuízo para o meio ambiente.



Outra questão é o reparo ambiental, sobre o qual já foi feito encaminhamento. Quero reafirmar a necessidade de garantir, como foi dito, o trabalho dos pescadores tanto no Rio Paraíba como no Rio Pomba. Os proprietários rurais que estiveram presentes na audiência pública de quinta-feira, em Cataguases, também vêm enfrentando diversas dificuldades. Sentimos o drama desses produtores rurais, que sobrevivem da plantação. A agricultura familiar está em situação muito difícil. Eles poderiam ser incluídos no programa anunciado pelo Dr. Cláudio Langoni.

Comprometo-me, na condição de Deputado Federal, a pensar em uma política de segurança industrial que tenha como objetivo principal o passivo ambiental existente no Brasil, inclusive o da bacia do Rio Paraíba, onde há várias empresas com depósitos semelhantes a esses, como lixívia ou outros produtos químicos, que podem estourar. É preciso pensar em uma política de segurança industrial e criar um fundo para resolver todos esses problemas, herdados de uma política industrial atrasada.

Além disso, deveremos implantar uma nova política, como disse o Deputado, para o passivo ambiental, a fim de que ele passe a ser tratado como passivo trabalhista — ou seja, quem assume a empresa é responsável pelo seus passivos trabalhista e ambiental.

Temos de ampliar as informações junto aos meios de comunicação para comunicar corretamente como ocorreu o acidente e o que ele causará — não como foi anunciado, com notícias completamente contraditórias em relação à realidade da região.

Sr. Presidente, agradeço a presença, fundamental e importante, da Câmara Municipal de Cataguases, do seu Presidente e de treze Vereadores, que nos deram a oportunidade de realizar importante audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Vasconcellos.

O SR. DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, em primeiro lugar quero prestar homenagem aos Vereadores, aos trabalhadores e à população de Cataguases, que não têm nenhuma culpa nem responsabilidade em relação a esse episódio. Manifesto nossa solidariedade à solicitação tanto do Presidente como do Vereador Galba de lutarmos pela permanência daquela fábrica em Cataguases, se ela obedecer os ditames



ambientais. Embora seja mineiro, tenho de reconhecer que houve uma falha qualquer no sistema operacional do meio ambiente em Minas Gerais.

O Dr. José Carlos Carvalho, nosso Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, requereu ao Ministério Público Estadual a apuração de responsabilidades existentes no esquema de Minas Gerais. É bom que isso seja dito de maneira muito transparente.

Tenho de dizer a V.Exa., que está presidindo a reunião, Deputado Nelson Bornier, do Rio de Janeiro, que, se formos fazer um acerto — aquela comparação do andar de cima com o andar de baixo —, não dará certo, porque ali não foi citado por quanto tempo Minas forneceu água para o Rio de Janeiro e não cobrou tal fornecimento. Então, se for o caso, deveremos fazer um acerto contábil — no além, quem sabe, encontraremos diversas figuras.

Sr. Presidente, quero fazer justiça à Ministra Marina Silva, que no momento oportuno visitou Cataguases, com sua equipe, e tomou as medidas necessárias.

Por fim, apesar de nesta reunião termos discutido tantas coisas tristes, quero dizer que o Ministério do Meio Ambiente nomeou para Gerente Executivo em Minas Gerais um servidor competente, o Dr. Roberto Messias Franco. Peço aos representantes do Ministério do Meio Ambiente que levem essas considerações a S.Sa. Ele é petista e muito competente — eu sou do PTB, ele não é meu parente, não é do meu partido, nem votou em mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Deputado Ronaldo Vasconcellos, esperamos que a visita da Ministra resolva o problema, porque o Estado do Rio de Janeiro vem passando por diversos problemas e até hoje aguarda soluções. O Rio de Janeiro também já recebeu visita de diversos Ministros.

Antes de passar a palavra ao autor do requerimento desta audiência pública, Deputado César Medeiros, quero dizer aos presentes que foi criado um grupo de trabalho na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Foi criada agora uma Comissão Externa, conforme esclareceu o Presidente que me antecedeu, requerida pelo Deputado Sarney Filho, que, de certa forma, vai estar junto desse grupo de trabalho e também poderá convocar os senhores, ou até visitar determinados setores que os senhores representam. Apenas para que tomem conhecimento, devo dizer que coincidiu com a entrada dos requerimentos dos



Deputados César Medeiros e Sarney Filho, um por esta Comissão e outro pela Mesa.

Em nome da Comissão, agradeço a todos os convidados, aos representantes de Municípios e aos Deputados a presença.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado César Medeiros.

O SR. DEPUTADO CÉSAR MEDEIROS – Sr. Presidente, antes das minhas considerações finais, farei uma sugestão ao Ministério do Meio Ambiente quanto à Ouvidoria do Ministério.

Quero saber como trabalha a Ouvidoria, porque em contato com a população, mesmo na audiência pública na Câmara Municipal de Cataguases, sentimos que ela, muitas vezes, está próxima dos problemas, faz o devido reconhecimento e tenta encontrar um canal para fazer a denúncia sobre o problema ambiental. E talvez a sociedade civil possa contribuir, e muito, com a fiscalização. Sugiro que a Ouvidoria pense numa forma de a sociedade civil ter acesso a ela, até porque muitas pessoas têm medo de fazer alguma denúncia por não se sentirem seguras ou por medo de serem ameaçadas pelas empresas ou pelos órgãos. Deve ser criado um canal para facilitar soluções de problemas que possam surgir posteriormente.

No início dos trabalhos desta audiência, disse que havíamos feito um requerimento com três objetivos. Em parte, alcançamos um, que é prestar esclarecimento à sociedade, divulgado pelos meios de comunicação.

Os Deputados apresentaram sugestões e projetos. Quero complementar, na mesma linha do Deputado Leonardo Monteiro, dizendo que esta Comissão, além da falha da Lei de Falências — outra história —, deve elaborar projeto de lei regulamentando a necessidade de as indústrias, nas relações de compra e venda, seja de ações, seja de planta industrial, declararem o seu passivo ambiental, de forma a garantir que o comprador ou o acionista seja informado sobre o valor real de seu investimento, contemplado o passivo ambiental nos mesmos moldes do trabalhista, conforme disse o Deputado Leonardo Monteiro.

Na mesma direção dos Deputados Leonardo Monteiro e Luiz Sérgio, solicito a realização de audiência nesta Comissão com químicos, petroleiros, sanitaristas etc., para discutirmos política de segurança industrial. Aliás, essa foi uma das melhores sugestões.



Em relação a esta audiência, Sr. Presidente, talvez a nossa dinâmica não tenha sido tão boa, porque deixamos de ouvir mais os expositores. Perguntamos muito. Algumas questões foram respondidas. Imaginei que a dinâmica seria a que havia sido sugerida no início: cinco exporiam, cinco perguntariam, e assim trabalharíamos mais dialeticamente. Os Srs. Cláudio Langoni e Jerson Kelman só falaram três minutos cada um. Temos muito mais a ouvir num momento como este, para podermos estar bem amparados e fazer um trabalho bem feito.

Agradecemos a todos os senhores a presença; à Comissão, pela realização desta audiência; aos Secretários e suas equipes; aos representantes da Câmara de Vereadores de Cataguases, por intermédio do Sr. Vicente Paulo.

Cumprimos nossos objetivos, mas ainda faltou a presença, como disse a Deputada, do Ministério Público.

Podemos pensar no que fazer daqui para frente com os representantes das empresas, para, posteriormente, apresentar as conclusões dos órgãos ambientais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Deputado César Medeiros, uma das questões foi o requerimento de V.Exa. solicitando esta audiência pública. A Comissão Externa criada pela Mesa é regimental e tem prazo de quinze dias para seu término. Como as pessoas que compõem aquela Comissão são as mesmas desta, poderemos fazer um trabalho conjunto, sem sombra de dúvida. Teremos de ouvir os donos da Cataguases na cadeia ou onde quer que estejam. O mais importante é que nós, da bancada do Rio de Janeiro, temos de dar uma satisfação àquela gente, em que pese minha região estar distante do norte e do noroeste do Estado. Sou da Baixada Fluminense; inclusive estive lá na segunda-feira passada. Espero que não se repita o que já ocorreu várias vezes no Rio de Janeiro — foram até lá vários Ministros e até a Defesa Civil, fizeram um levantamento do acidente, Prefeito e Governador do Estado declararam calamidade pública, mas não deu em nada.

Temos de encarar o Governo, independentemente do término do trabalho desta Comissão e do grupo de trabalho da Comissão do Deputado Sarney Filho. Precisamos, sim, apresentar uma solução aos nossos eleitores, já que somos seus representantes.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião de audiência pública. (*Palmas.*)

